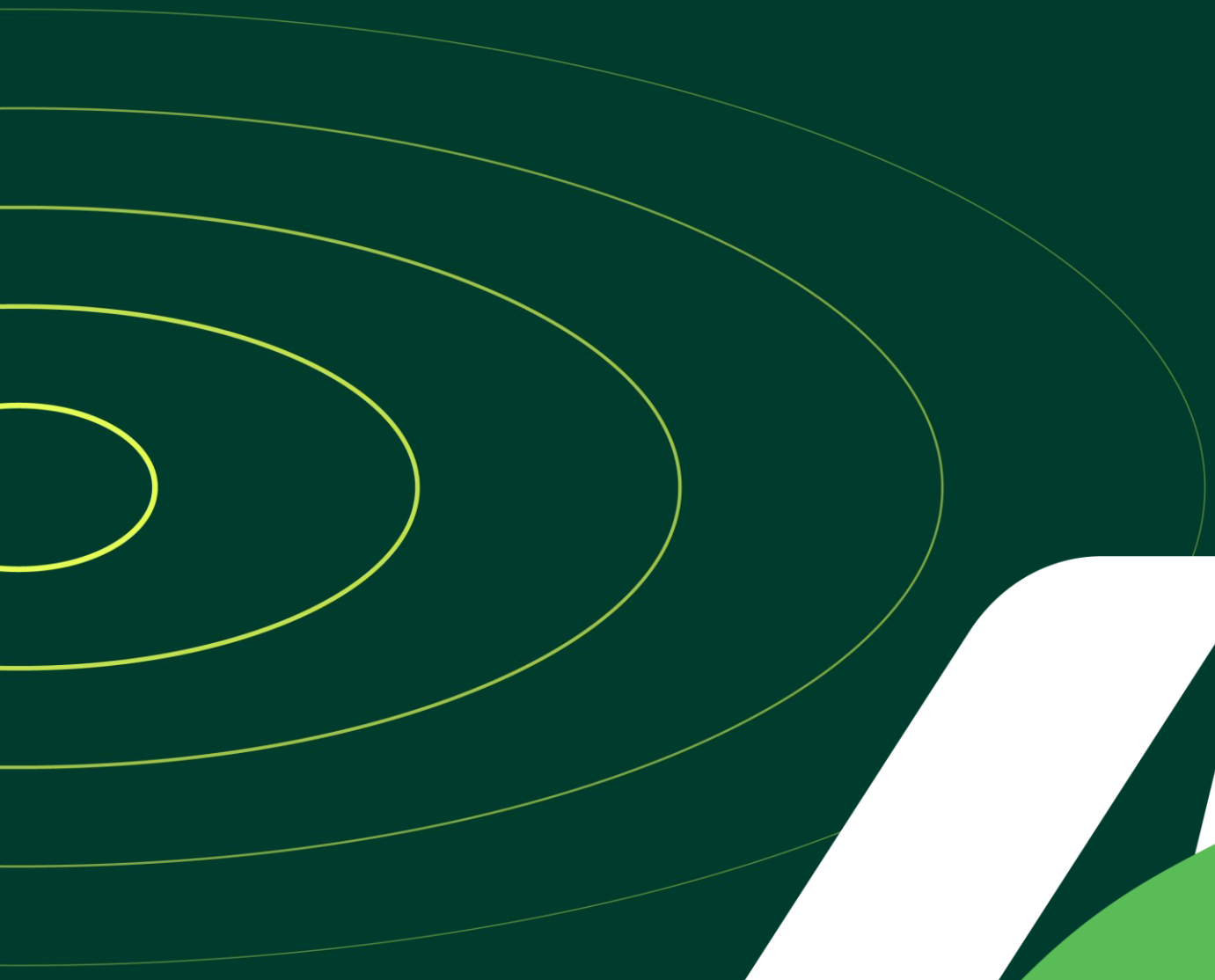


Demonstrações Financeiras

1º Semestre 2025

banco da amazônia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **1S25**



banco da amazônia

Sumário

Carta ao Leitor **3**

Panorama Econômico **5**

Rede de Atendimento **6**

Atendimentos **6**

Programa Transformação **7**

ASG - Ambiental, Social e Governança **9**

Desempenho Econômico-Financeiro **13**

Resultado Líquido 13
Patrimônio Líquido 13
Resultado Financeiro 13

Desempenho Operacional **14**

Fomento Contratado 14
Desembolso 14
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO 15
Plano Safra 15
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF 15
Apoio aos Pequenos Negócios 16
Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais - MPEIs 16
Microcrédito Produtivo Orientado – MPO 16
Crédito Comercial 16
Receitas de Tarifas Bancárias 17
Receitas de Del Credere 17
Receitas de Seguridade 17
Despesas Administrativas 17

Inadimplência **18**

Gestão de Capital **18**

Gestão de Pessoas **19**

Tecnologia da Informação – TI **20**

Ouvidoria **21**

Segurança Corporativa **21**

Desempenho das ações BAZA3 ..... **22**

Obrigações ou Responsabilidades assumidas pelo banco para atender ao Interesse Público **23**

Auditoria Independente – PwC **23**

Principais Resultados do 1S25

Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Carteira de Crédito	ROAE	Índice de Basileia	Inadimplência Geral
R$ 575,2 Mi	R$ 7,0 Bi	R$ 62,8 Bi	17,3%	14,0%	3,29%
↑ 6,7%	↑ 8,8%	↑ 20,3%	↓ 4,8 p.p.	↑ 0,22 p.p.	↑ 0,81 p.p.
1S25/1S24	Jun25/Jun24	Jun25/Jun24	Jun25/Jun24	Jun25/Jun24	Jun25/Jun24

Prezados Acionistas e Público em Geral,

É com satisfação que apresentamos os resultados do 1º semestre de 2025 (1S25), um período desafiador marcado pela implementação da Resolução CVM nº 4.966/21, que exigiu um profundo ajuste e padronização em nossos sistemas contábeis e operacionais. Esse esforço reafirma nosso compromisso com transparência, confiabilidade das informações prestadas e governança sólida, pilares que orientam nossas decisões estratégicas.

Apesar do cenário desafiador, neste período, já pudemos evidenciar alguns benefícios do Programa Transformação, iniciado no final do 2º semestre de 2023. Por meio dele, lançamos novos produtos e ajustamos nosso modelo de atuação, ampliando nossa presença no mercado e fortalecendo o crescimento sustentável da carteira de crédito. São iniciativas orientadas para as principais alavancas de criação de valor e para ampliar a eficiência e a competitividade do Banco. Vejam mais detalhes destas iniciativas e seus resultados no tópico que trata do Programa de transformação.

Como resultado, avançamos em crescimento sustentável e inovação, mantendo disciplina financeira e foco na criação de valor para nossos acionistas e demais *stakeholders*. No 1S25, registramos um Lucro Líquido de R$ 575,2 milhões, representando um crescimento de 6,7% em relação ao 1S24. Nossa Carteira de Crédito alcançou R$ 62,8 bilhões, um aumento de 20,3% em comparação a junho de 2024.

O Patrimônio Líquido atingiu R$ 7,0 bilhões, representando um incremento de 8,8% em relação a junho de 2024, enquanto o *Return on Average Equity* (ROAE) foi de 17,3%, mantendo um retorno robusto aos nossos investidores, mesmo diante da redução de 4,8 pontos percentuais (p.p.) em relação ao período anterior.

Nosso índice de Basileia alcançou 14,0%, apresentando uma ligeira elevação de 0,22 p.p. frente a junho de 2024. Mantivemos o foco na gestão de capital e na solidez de nossas operações, mesmo em um contexto regulatório mais exigente. A inadimplência registrou aumento de 0,81 p.p. comparado a junho de 2024 (2,48% versus 3,29%), principalmente

devido à instabilidade no setor agropecuário. Estamos atentos e monitorando cuidadosamente todas as operações de crédito, garantindo mitigação de riscos e proteção aos investidores.

Nosso compromisso com a Amazônia Legal é gerar crescimento sustentável, mitigar riscos, fortalecer a solidez financeira e criar valor consistente para investidores e comunidade. E foi pensando nesse compromisso que lançamos no início de julho a nova identidade visual do banco, que já é avaliada em mais de R$ 223 milhões e se trata de ativo intangível que tende a crescer com os avanços planejados.

Por fim, agradecemos a confiança de nossos investidores e o empenho de nossos colaboradores, cuja dedicação tem sido fundamental para a aprimorar a qualidade do atendimento e para promover ainda mais o desenvolvimento sustentável da região.

Atenciosamente,

A Administração.

Panorama Econômico

A economia da Região Norte do Brasil demonstrou um crescimento positivo no 1S25, embora com desempenhos variados entre os estados e setores. O cenário foi influenciado tanto por fatores macroeconômicos por dinâmicas locais, quanto por nacionais e internacionais, como os investimentos para a COP30 em Belém (PA).

De modo geral, a economia da região acompanhou a tendência nacional de crescimento moderado, sendo que, no 1S25, a indústria brasileira acumulou uma expansão de 1,2%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), operando 2% acima do nível pré-pandemia.

No Amazonas, o setor industrial apresentou um crescimento de 1,9% em maio em comparação com o mesmo mês de 2024, e em março, a expansão foi de 5,6% em relação a fevereiro deste ano. Este desempenho foi impulsionado principalmente pelos setores industrial e de serviços.

A indústria do Pará teve crescimento de 10% no acumulado de janeiro a abril de 2025, em comparação com o mesmo período do ano anterior, conforme a última Pesquisa Industrial Mensal (PIM) regional, divulgada pelo IBGE, impulsionada por setores como agronegócio, mineração, logística, bioeconomia e energias renováveis. O turismo em Belém também impulsionou comércio e serviços, motivado pelos preparativos para a COP30.

No Tocantins o setor de serviços apresentou um crescimento de 8,3% no volume de atividades no acumulado de janeiro a maio de 2025, em comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo o IBGE.

No contexto nacional, o 1S25 foi de crescimento moderado, em uma tentativa de controlar a inflação, que em junho alcançou 5,35% no acumulado de 12 meses, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central elevou a Taxa Selic para 15% ao ano. Apesar dos juros altos, que podem desestimular a atividade econômica, o Ministério da Fazenda revisou a projeção de crescimento do PIB brasileiro de 2,4% para 2,5% e reduziu a expectativa de inflação de 5% para 4,9% para o ano de 2025.

Os dados do IBGE mostram que o mercado de trabalho apresentou resultados positivos no 1S25, demonstrando uma queda de 5,8% na taxa de desemprego nacional, a menor da série histórica. Os setores de serviços, indústria e construção civil foram os principais responsáveis pela geração de empregos.

No âmbito internacional, o 1S25 foi marcado pela elevação de tarifas comerciais entre economias avançadas e emergentes. Essa conjuntura levou o Banco Mundial a revisar sua projeção de crescimento para a economia global de 2,7% para 2,3% em 2025. Embora não se projete uma recessão global, o aumento das tarifas tende a impactar o comércio internacional, resultando em maior desaceleração econômica.

Rede de Atendimento

Atuamos nos nove Estados da Amazônia Legal Brasileira (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), bem como na cidade de São Paulo/SP, e mantemos uma unidade representativa em Brasília/DF. Fechamos o 1S25 com uma estrutura de rede de atendimento formada por 124 agências, sendo 96 agências tradicionais, 28 agências de negócios. Reduzimos o número de agências tradicionais e ampliamos o modelo de agências de negócios. Essa mudança trouxe mais eficiência, redução de custos e uma estrutura organizacional mais enxuta e moderna. Contamos também com 77 Unidades de Microfinanças - UMF do Programa BASA acredita.

124 Agências Distribuídas

96 Agências tradicionais

28 Agências de negócios

77 do UMFs BASA Acredita

Sede

em Belém-PA

09 Estados

da Amazônia Legal, além de unidades em São Paulo e Distrito Federal

2.875

Empregados

Atendimentos

No 1S25, tivemos um desempenho positivo no número de contas correntes, atingindo 462,8 mil contas, representando crescimento de 14,8% no período. As contas de Pessoas Físicas somaram 392,5 mil, com avanço de 15,6%, enquanto as contas das Pessoas Jurídicas chegaram a 70,4 mil, registrando elevação de 10,1%.

O atendimento físico permaneceu estável demonstrando que, apesar da crescente digitalização, ainda há uma parcela de clientes que recorrem às agências para realizar operações, devido à limitação de algumas regiões ao acesso digital. Por outro lado, os canais tradicionais de autoatendimento vêm perdendo espaço de forma expressiva. Os caixas eletrônicos registraram queda de 38,8%, movimento associado à migração de transações para plataformas digitais. A rede de Caixas 24 horas também apresentou retração, de 22,1%, enquanto a rede Saque e Pague teve uma redução significativa de 53,9% no volume de transações. Em contrapartida, o *mobile banking* apresentou crescimento de 28,6%, evidenciando uma mudança clara na preferência dos usuários por soluções mais ágeis, acessíveis e integradas ao seu dia a dia.

Quanto às transações via Pix, foram registradas 4,3 milhões de operações, representando elevação de 31,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior. A quantidade de novas chaves Pix também apresentou crescimento, totalizando 47,7 mil, com alta de 17,2% em relação ao 1S24.

Programa Transformação

O Programa Transformação já se reflete em nossos resultados no 1º semestre de 2025, redefinimos nosso modelo de atuação no mercado, com maior segmentação e especialização na ponta. Ampliamos nossa carteira de crédito, alcançando um crescimento de 62,5% no crédito comercial, 131,7% no Pronaf e 113% no MPO, além de dobrarmos o número de clientes e triplicarmos o volume de crédito contratado. Somado a isso, implementamos iniciativas para controle da inadimplência, reforçamos a captação de recursos e ampliamos a penetração do crédito comercial em 11 p.p., atingindo 39,5% dos clientes ativos, elevamos a taxa de *cross-sell* de seguros de 64% para 77%, iniciamos a operação de consórcios, e ampliamos nossa disponibilidade de *funding* por meio da diversificação de fontes de recursos.
Na modernização tecnológica, avançamos com a contratação de um novo *Core* bancário que habilitará *onboarding* 100% digital, conta digital, *daily banking* e Super *App*. Modernizamos também a infraestrutura das agências com conectividade via satélite de baixa órbita, evoluímos nosso *datalake* e implementamos serviços de *Change, com squads* ágeis em operação, já viabilizamos novos produtos.
No âmbito da eficiência operacional, centralizamos processos de *backoffice*, adotamos ferramentas de automação e reforçamos controles. Na área de crédito e cobrança, aplicamos modelos de provisão, risco e precificação, além de ferramentas digitais e centrais de apoio, permitindo realocar 90 empregados para atividades comerciais.
No desenvolvimento de talentos, que é parte essencial da transformação, tivemos várias frentes de atuação, que tiveram foco com programas de capacitação, mentoria, bolsas de formação executiva e iniciativas de comunicação para integração do time. Esses avanços consolidam nosso direcionamento estratégico e nos preparam para atender à crescente demanda de financiamento da região.
Com a segmentação de clientes direcionamos cada perfil para a carteira mais adequada, considerando faixas de faturamento e renda, o que permite atendimento mais próximo, personalizado e assertivo, com isso, ganhamos em eficiência e resultados, enquanto os clientes recebem mais valor e soluções alinhadas às suas necessidades.
Estamos comprometidos em adotar práticas contábeis alinhadas às exigências regulatórias e de mercado, investindo em projetos de adaptação e modernização de nossas operações. Nossa atuação é guiada pelo rigor técnico, pela responsabilidade e pelo compromisso com a transparência, e alinhado a isso, nossos projetos têm como objetivo implantar a nova contabilidade de instrumentos financeiros, em conformidade com a Resolução CMN 4.966/21, além de revisar e modernizar o modelo de atuação contábil. A iniciativa fortalece a governança institucional e garante resultados consistentes em alinhamento ao Plano Estratégico.

Impulsionar quem cria o futuro da Amazônia

Uma das 100 marcas mais valiosas do Brasil.
Ranking 2025 Brand Finance

Nova Identidade Visual

O lançamento da nova identidade visual integra nosso Programa de Transformação, consolidando uma mudança que vai além da estética e reflete um reposicionamento estratégico voltado à digitalização, à ampliação do portfólio e ao fortalecimento do compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Essa evolução marca o início de uma fase mais moderna, acessível e conectada às necessidades dos clientes, com o *Brandbook* institucional servindo como guia para uma comunicação coesa e alinhada à missão da instituição.

Avaliação da Marca Banco da Amazônia

Em junho de 2025, a marca Banco da Amazônia foi avaliada em R$ 223,6 milhões, o que representa aproximadamente 5,17% de seu valor de mercado estimado em R$ 4,3 bilhões (dados Bloomberg, 23/06/2025).

A avaliação foi conduzida pela *Timelens* com base em metodologia proprietária de *Brand Valuation*, que integra projeções financeiras, análises de mercado e mensuração de força de marca por meio do *Future-proof Score*.

Metodologia e premissas: o cálculo seguiu o método de *royalties*, no qual a taxa aplicável é definida a partir do *Future-proof Score* e *benchmarks* setoriais. O valor da marca foi calculado aplicando a taxa de *royalty* nas projeções de receita futura trazidas a valor presente pela taxa de desconto do negócio. O resultado reflete não apenas a capacidade atual da marca de gerar receitas, mas também seu potencial de crescimento sustentado, apoiado por sua relevância regional, reputação sólida e alinhamento com práticas de desenvolvimento sustentável que fortalecem seu posicionamento competitivo no longo prazo.

ASG - Ambiental, Social e Governança

A sustentabilidade está no centro da nossa missão, que promove o desenvolvimento sustentável da Amazônia, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e ao Plano de Transformação Ecológica. Internamente, são desenvolvidos projetos como a Agenda ASG, que fortalece a cultura de sustentabilidade, e a Responsabilidade Socioambiental e Climática (PRSAC), que integra critérios sociais, ambientais e climáticos às nossas atividades, promovendo crescimento econômico aliado à preservação ambiental.

Agenda ASG

No 1S25, a Agenda ASG e o plano de ação da PRSAC foram atualizados, fortalecendo o compromisso com a sustentabilidade. Ampliou-se o apoio a projetos de bioeconomia, transição energética, restauração de ecossistemas e cadeias produtivas sustentáveis, com foco na inclusão social e alinhamento a sete ODS da ONU.

A Agenda ASG promove o desenvolvimento sustentável por meio do crédito verde, da geração de empregos em cadeias sustentáveis, da redução de emissões e da restauração de ecossistemas. Alinhada à PRSAC, que se baseia na Resolução CMN nº 4.945/2021, a iniciativa reforça a inclusão de critérios socioambientais e climáticos em nossas operações, com foco nos ODS, especialmente na redução das desigualdades, na preservação da biodiversidade e no combate às mudanças climáticas.

Gestão de Impactos Ambientais

No 1S25, ampliamos a atuação em projetos de bioeconomia, conservação e infraestrutura sustentável, com destaque para os avanços no Programa de Bioeconomia Amazônica (AMABIO) e o início do apoio técnico da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) em infraestrutura verde e saneamento na Amazônia. Fortalecemos também o monitoramento de riscos socioambientais e climáticos (RSAC) e nos preparamos para adotar os padrões *International Sustainability Standards Board* (ISSB) e *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD), aprimorando a avaliação de impactos e riscos com mais transparência.

Desempenhamos papel estratégico na implementação de políticas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Durante o semestre, operacionalizou os repasses da modalidade Conservação do Programa Floresta+ Amazônia (PNUD/GCF), que reconhece financeiramente produtores rurais que mantêm áreas de vegetação nativa além do mínimo legal. No período, foram pagos R$ 2,6 milhões a 391 beneficiários, fortalecendo a agenda de conservação florestal e mitigação de emissões de carbono.

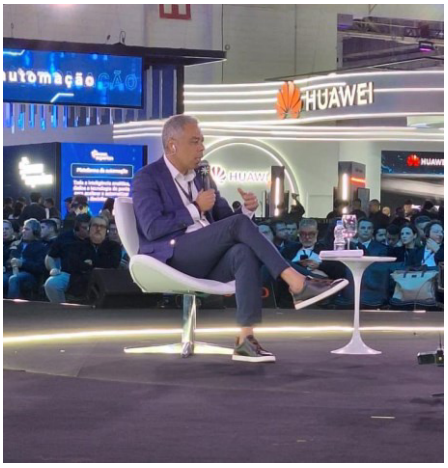
COP30



A realização da COP30 em Belém marca um momento estratégico para nós, e consolida sua liderança na agenda de desenvolvimento sustentável. No 1S25, intensificamos o planejamento para garantir protagonismo no evento, com foco na apresentação de produtos financeiros inovadores voltados à bioeconomia, pecuária sustentável e transição energética. Nossa participação está organizada em eixos temáticos e inclui painéis, novos acordos e divulgação de casos de sucesso, reforçando seu papel como agente central na promoção de uma economia de baixo carbono, alinhada ao Plano de Transformação Ecológica e aos ODS.

Banco da Amazônia participa de painel sobre a COP30 na FEBRABAN TECH 2025

Participamos da FEBRABAN TECH 2025, representado por nosso presidente Luiz Lessa, no painel sobre a COP30. O encontro reforçou o papel estratégico da Amazônia na agenda ambiental global e os caminhos para impulsionar a bioeconomia como motor do desenvolvimento sustentável.



Reafirmamos nosso compromisso com a região, destacando que a COP30 é uma oportunidade única de transformar a bioeconomia em uma base concreta de crescimento. Já estamos atuando com iniciativas estruturantes que unem inclusão produtiva, inovação e conservação.

Apresentamos ações já em curso, como o lançamento do programa Financiamento Sustentável e Inclusivo da AMABIO, com R$ 4 milhões em recursos não reembolsáveis para projetos comunitários, além de um volume de investimentos na agricultura familiar, que superou R$ 1,3 bilhão em 2024. Também estamos ampliando o microcrédito, fortalecendo parcerias com organizações da sociedade civil e desenvolvendo produtos financeiros verdes adaptados às realidades da Amazônia.

Seguimos firmes em nosso papel como articuladores e financiadores da transição ecológica na região, com foco em soluções permanentes, resultados concretos e impacto duradouro.

1S25/1S24



Municípios em Faixa de Fronteira[1]

3,2 BI

Δ 17,2%

Linhas Verdes[2]

5,6 BI

Δ 23,0%

Municípios de Baixa e Média Renda[3]

8,3 BI

Δ 37,4%





Sonhar. Mover. Impactar.

BASA Acredita Pra Elas

65,5 MI

Δ 44,7%

1S25/1S24



Pesquisas Cientificas

1,0 MI

Δ 27,9%

1S25/1S24



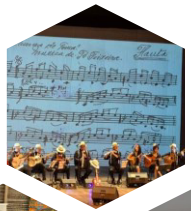
Patrocínios

6,1 MI

Δ 281,3%

1S25/1S24

Cultura





Ações Sociais





Esporte







Nota: os valores destacados não são cumulativos.
[1]Municípios de Faixa de Fronteira: Situados dentro da área de 150 KM ao longo das fronteiras terrestres brasileiras, com tratamento especial pela legislação em conformidade com metodologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR
[2]Linhas Verdes São linhas de crédito voltadas para o financiamento de projetos sustentáveis, que promovem a preservação ambiental.
[3]Municípios de Baixa e Média Renda São categorizados com base na renda per capita e nos indicadores socioeconômicos de seus habitantes, conforme metodologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR

Governança Corporativa

Mantemos o compromisso com os princípios de independência, essenciais para as práticas organizacionais. Além disso, enfatizamos a governança e a transparência, especialmente em ações de sustentabilidade, alinhadas às normas regulatórias e às expectativas dos *stakeholders*.

Adotamos as melhores práticas de governança corporativa, mantendo compromisso com os princípios de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. Somos Nível 1 no Indicador de Governança (IG-SEST), instrumento de acompanhamento contínuo que tem como objetivo avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela legislação e definições estabelecidas nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) e por diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que buscam implementar as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa.

O Programa de Integridade foi atualizado em janeiro de 2025, com o objetivo de atender às boas práticas de mercado e às exigências regulatórias. As diretrizes reforçam a ética e a responsabilidade de todos os envolvidos. Os indicadores de integridade estão sendo revisados, reafirmando o compromisso com a transparência e a governança. Além disso, a estrutura normativa interna é revisada periodicamente para garantir conformidade e eficácia.

Assembleia Geral de Acionistas

Conselho Fiscal

Composto por 4 (quatro) membros, sendo 3 (três) indicados pela União e 1 (um) pelos acionistas minoritários.

Conselho de Administração

Composto de 7 (sete) membros, 4 (quatro) indicados pela União, sendo 3 (três) indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda e 1 (um) indicado pelo Ministro de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; 1 (um) representante dos empregados; 1 (um) representante dos acionistas minoritários; e o Presidente do banco como membro nato.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, eleita pelo Conselho de Administração, é composta pelo Presidente do banco e 5 (cinco) Diretores Executivos.

Comitê de Auditoria

Composto por 3 (três) membros independentes.

Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital

Composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) independente.

Comitê Estratégico ASG

Composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) independente.

Comitê Estratégico de Inovação e Tecnologia

Composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) independente.

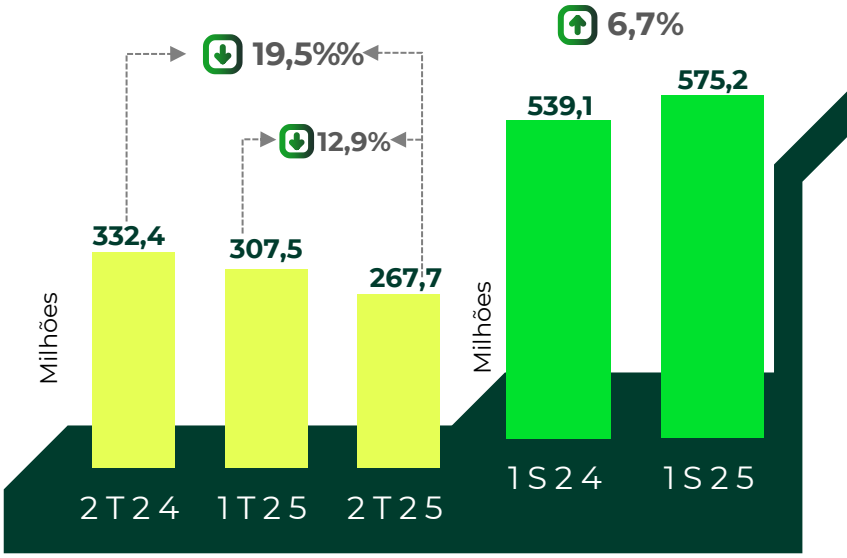
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

Composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) independente.

Desempenho Econômico-Financeiro

Resultado Líquido

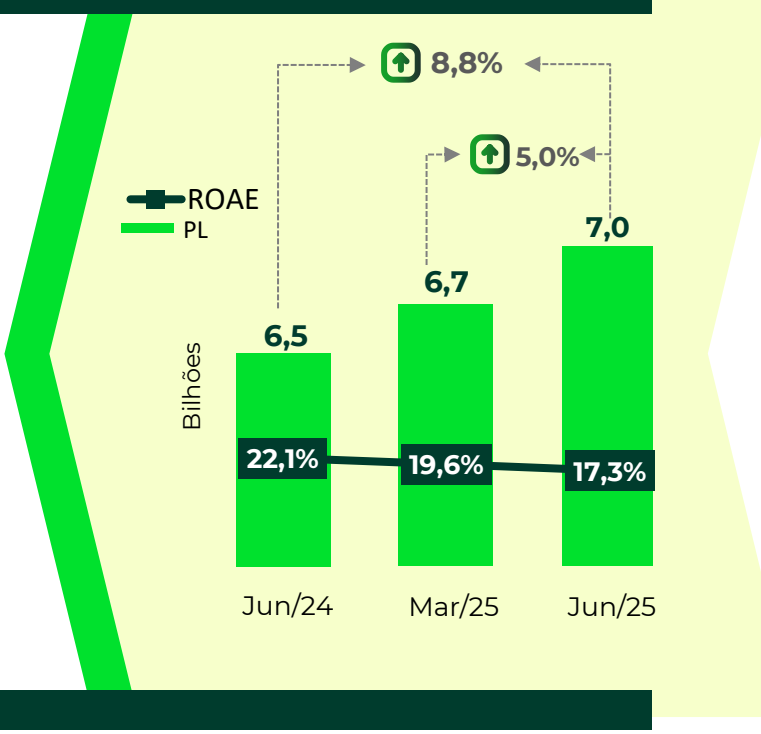
No 1S25, registramos um lucro líquido de R$ 575,2 milhões, elevação de 6,7% em relação ao 1S24, esse aumento está relacionado, principalmente, ao aumento nas Rendas de Operação de Crédito, Resultados com TVM, *Del Credere,* aliado à gestão eficiente das despesas. No 2T25, houve uma redução de 19,5% em relação ao 2T24.



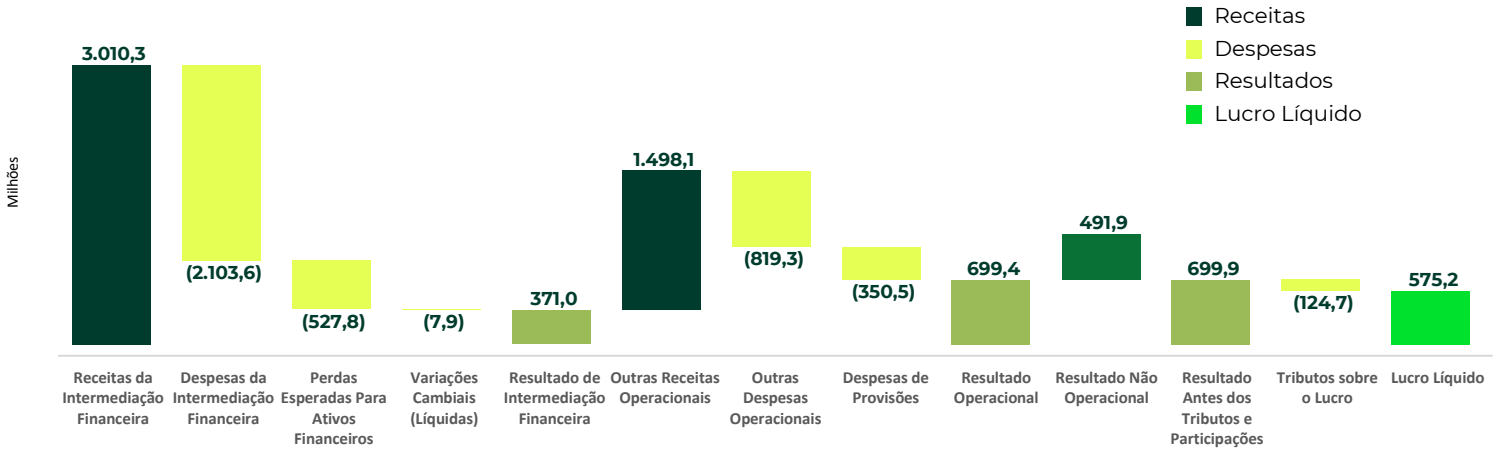
Patrimônio Líquido

Ao final do 1S25, o patrimônio líquido alcançou R$ 7,0 bilhões, com crescimento de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo a capitalização sólida e o crescimento sustentável da instituição.–Esse aumento acompanhou a expansão dos ativos, que atingiram R$ 59,1 bilhões, registrando um avanço de 15,9% em comparação ao 1S24.

O *Return on Average Equity* (ROAE) foi de 17,3%, menor 4,8 p.p. em comparação a junho de 2024.

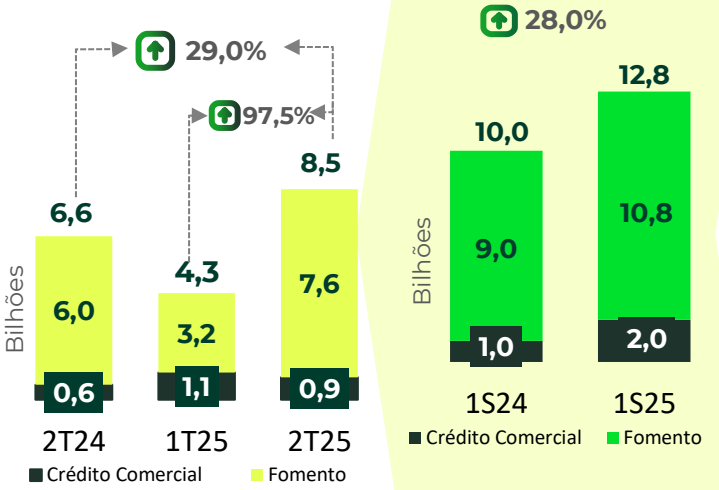


Resultado Financeiro



Desempenho Operacional

No 1S25, fortalecemos nossa atuação em apoio ao desenvolvimento econômico regional ao concretizarmos operações de crédito no valor total de R$ 12,8 bilhões, período em que apresentamos variação positiva de 28,0% em comparação com o 1S24. Foram efetivados 61.818 contratos, beneficiando diretamente 46.990 clientes, registrando crescimento de 46,4% na quantidade de clientes atendidos em relação ao mesmo período do ano anterior.

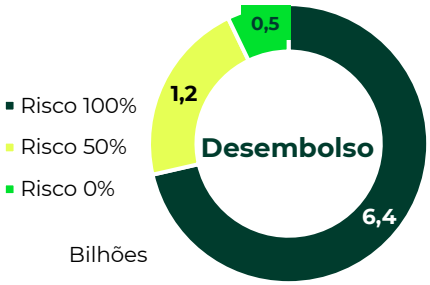


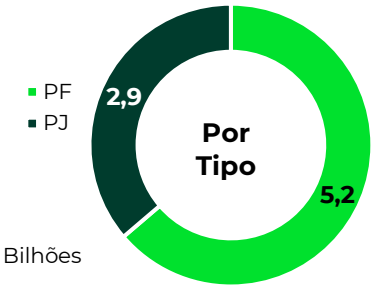
Fomento Contratado

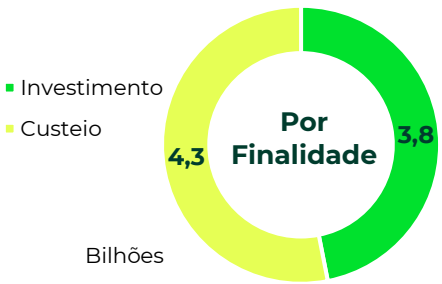
No 1S25, contratamos R$ 10,8 bilhões em crédito de fomento, o que representou crescimento de 20,6% em comparação com o mesmo período do exercício anterior, também foram efetivados 36.491 contratos, registrando crescimento de 96,1%, beneficiando 22.990 clientes, tal aumento do valor das contratações no início do ano reflete a intensificação na busca por novos negócios.

Desembolso

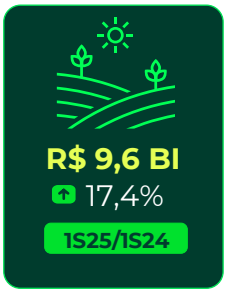
No acumulado do 1S25, o total das liberações de fomento foi de R$ 8,1 bilhões, crescimento de 9,3% em relação ao 1S24, em razão dos aumentos das contratações. Esse montante beneficiou 23.517 clientes.







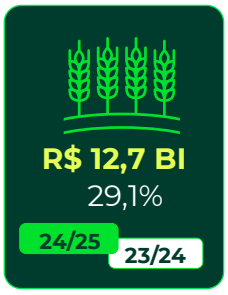
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO



Somos o administrador exclusivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da Região Norte, constituindo o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a redução das disparidades regionais e intrarregionais.

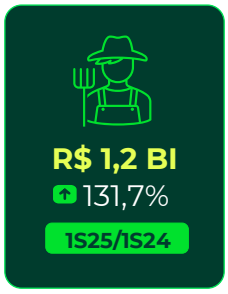
Anualmente, a execução dos recursos é realizada por meio de Programas de Financiamento, seguindo as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e pelas prioridades setoriais e espaciais estabelecidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). No 1S25, aplicamos R$ 9,6 bilhões em financiamentos com recursos do FNO, apresentando elevação de 17,4% em relação ao 1S24, quando foi contratado R$ 8,2 bilhões. Do montante aplicado no período, R$ 6,5 bilhões foram destinados às operações rurais, impulsionando e fortalecendo o setor agropecuário na Amazônia, além disso, R$ 3,1 bilhões foram direcionados para operações não rurais, fomentando diversos segmentos da economia e o crescimento sustentável da região. Essas ações refletem o nosso papel estratégico no apoio ao progresso econômico e social do Norte do país.

Plano Safra



O Plano Safra 24/25, foram alocados R$ 12,7 bilhões em contratações, aumento de 29,1% em relação ao Plano Safra 23/24, e superamos a meta de R$ 11,0 bilhões em R$ 1,7 bilhão, cumprindo com a missão de impulsionar o agronegócio, principalmente a agricultura familiar e o pequeno produtor rural. Do total contratado, 58,2% (R$ 7,4 bilhões) foram destinados à agricultura familiar, mini e pequeno produtor rural, confirmando a prioridade de apoiar os segmentos que mais necessitam de crédito para sustentar suas atividades. Os médios e grandes produtores responderam por 41,8% (R$ 5,3 bilhões) das contratações. Os resultados demonstram o fortalecimento do setor agrícola e a relevância do Plano Safra como instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável do campo, com destaque para o papel essencial da agricultura familiar e do pequeno produtor rural no crescimento econômico e na produção de alimentos.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF



Cumprindo com a nossa missão institucional e as diretrizes do Governo Federal, alinhados à nova estratégia de segmentação, intensificamos as aplicações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No 1S25, contratamos R$ 1,2 bilhão, beneficiando 17.126 clientes, sendo 7.483 novos clientes, uma elevação de 131,7% em relação ao 1S24, deste total R$ 1,1 bilhão foi com recurso no FNO.

Apoio aos Pequenos Negócios

R$ 6,5 BI
49,3%
1S25/1S24

Alinhado às diretrizes e políticas do Governo Federal para impulsionar o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, seguimos firme no incentivo aos pequenos negócios e no cumprimento de sua missão institucional de agente de fomento regional. No 1S25, foram aplicados R$ 6,5 bilhões, representando um crescimento de 49,3% em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho reflete não apenas os efeitos multiplicadores do crédito, mas também o compromisso da nossa instituição em ampliar o acesso a financiamentos com foco em inclusão social, inovação e sustentabilidade.

Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais - MPEIs

R$ 1,6 BI
22,3%
1S25/1S24

No 1S25, financiamos R$ 1,6 bilhão em crédito para micro e pequenas empresas e microempreendedores Individuais, representando elevação de 22,3% em relação ao 1S24. Desse total, R$ 39,6 foram destinados ao Microempreendedor Individual (MEI), com aumento de 162,3%, e R$ 468,4 milhões foram destinados às micro e pequenas empresas (MPE).

Microcrédito Produtivo Orientado – MPO

R$ 382,4 MI
128,0%
1S25/1S24

O Programa BASA Acredita é uma iniciativa voltada para promover o microcrédito produtivo orientado na região amazônica. O programa busca fomentar o empreendedorismo, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, oferecendo condições financeiras adequadas para pequenos empreendedores locais. No 1S25 aplicamos R$ 382,4 milhões, crescimento de 128% frente ao 1S24, em quase 68 mil contratos. O MPO urbano recebeu R$ 223 milhões, mas o grande destaque foi o setor rural: R$ 159 milhões aplicados, com avanço de 1.640%, alavancados pelos aumentos de unidades de Microfinanças.

Crédito Comercial

R$ 2,0 BI
93,3%
1S25/1S24

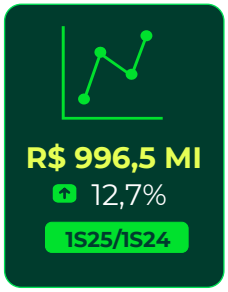
As aplicações do crédito comercial no 1S25 foram de R$ 2,0 bilhões, crescimento de 93,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para o aumento de R$ 523,7 milhões nas contratações de capital de giro. No contexto do crescimento da carteira do crédito comercial encerrou junho de 2025 com saldo de R$ 5,0 bilhões, apresentando aumento de 62,5% em relação ao mesmo período de 2024 (R$ 3,1 bilhões).

Receitas de Tarifas Bancárias



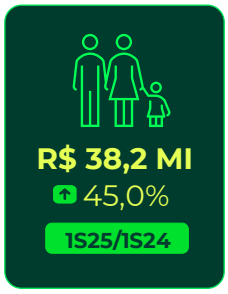
As receitas de tarifas bancárias atingiram o volume de R$ 147,6 milhões no 1S25, houve uma elevação de 85,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já no 2T25 atingiu R$ 93,1 milhões, aumento de 17,1% em relação ao 2T24.

Receitas de *Del Credere*



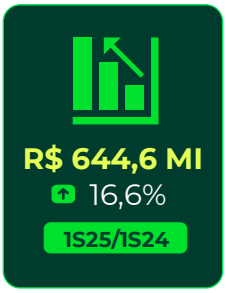
As receitas de *Del Credere* atingiram R$ 996,5 milhões no 1S25, aumento de 12,7% em relação ao 1S24, o que evidencia a expansão da carteira de crédito do FNO, consolidando a importância do fundo como instrumento de desenvolvimento econômico regional.

Receitas de Seguridade



Os produtos de seguros consolidaram seu papel estratégico em nossa instituição no 1S25, totalizando um volume de R$ 38,2 milhões, o que representa um crescimento de 45,0% em comparação ao mesmo período de 2024. Esse avanço foi impulsionado, sobretudo, pela expansão nas vendas de Seguros Prestamista e de Vida, refletindo não apenas o aumento da demanda, mas também a eficácia das iniciativas do Programa Transformação. A capacitação da rede de atendimento e o fortalecimento das práticas de *cross-sell* e a adequação do portfólio às necessidades dos clientes contribuíram para esse resultado, reforçando a nossa capacidade de gerar valor sustentável e ampliar sua relevância no mercado de seguros.

Despesas Administrativas



No 1S25, as despesas administrativas totalizaram R$ 644,6 milhões, registrando elevação de 16,6% em relação ao 1S24. Esse montante foi composto por despesas de pessoal, que cresceram 6,2%, e outras despesas administrativas, que apresentaram expansão de 53,7% no mesmo período. O principal fator desse aumento foi o crescimento das despesas com Serviços Técnicos Especializados que avançaram 276% e as despesas de Processamento de Dados que aumentou 57,6% frente ao 1S24. Essas despesas estão diretamente associadas aos investimentos necessários para a continuidade do Programa Transformação. Cabe destacar que, mesmo diante desse aumento, o Índice de Eficiência Operacional (IEO) permaneceu estável, alcançando 30,48% ao final do 1S25.

Inadimplência

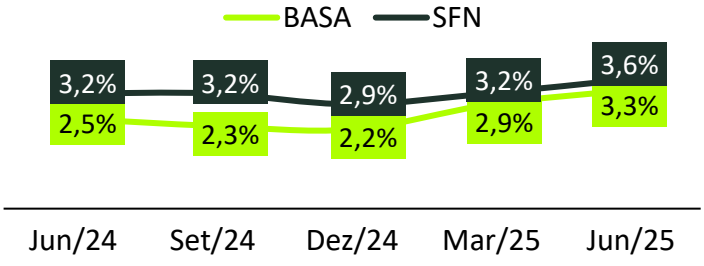
Ao final do 1S25, a inadimplência acima de 90 dias registrada foi de 3,29%, apresentando elevação de 0,81 p.p. em relação aos 2,48% registrados ao final do 1S24.

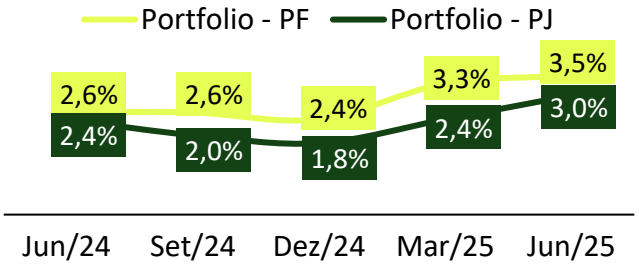
Período	15 d – 30 d	31 d – 60 d	61 d – 90 d	15 d – 90 d	>90 d
Jun/24	0,98%	0,46%	0,37%	1,81%	2,48%
Jun/25	1,08%	0,54%	0,45%	2,07%	3,29%

Apesar do aumento na taxa de inadimplência ao final de junho de 2025, devido a conjuntura econômica desfavorável para o setor rural e alguns casos de recuperações judiciais, ela permanece controlável e abaixo da inadimplência geral registrada no Sistema Financeiro Nacional (SFN), que fechou em 3,6% no mesmo período, conforme dados compilados do Banco Central do Brasil (BCB).

A inadimplência, quando analisada por perfis de carteiras, mostrou aumento de 0,95 p.p. na carteira de Pessoa Física (PF) e elevação de 0,65 p.p. na de Pessoa Jurídica (PJ). Desde 2024, a inadimplência da carteira de PF superou a carteira de PJ, influenciada pelo crescimento das operações dos pequenos negócios.

Inadimplência >90d da Carteira (%)





Gestão de Capital

Basileia
14,0%
0,22 p.p.

Patrimônio de Referência
R$ 7,1 BI
11,7%

RWA
R$ 51,0 BI
10,5%

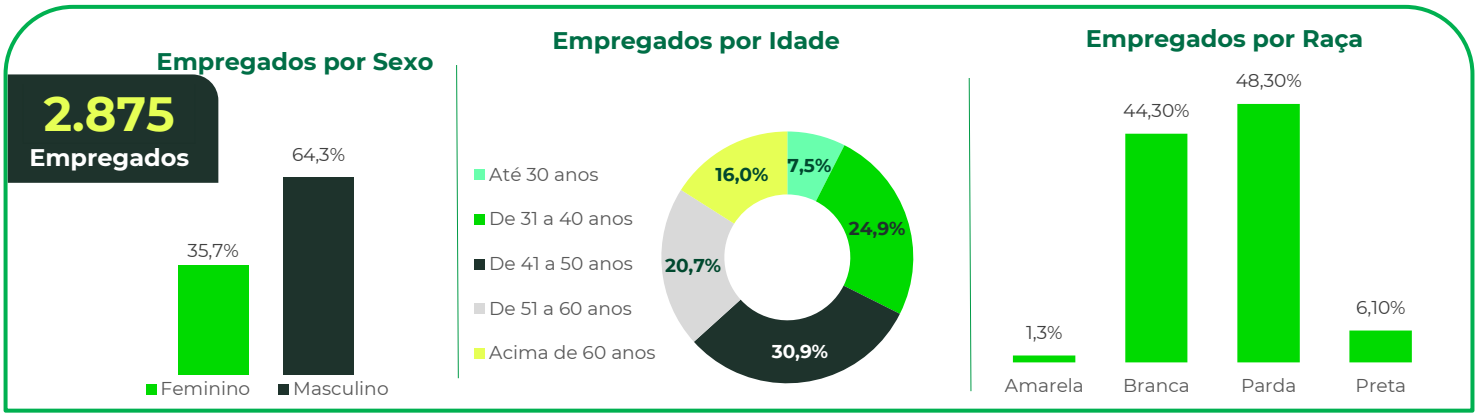
Jun25/Jun24

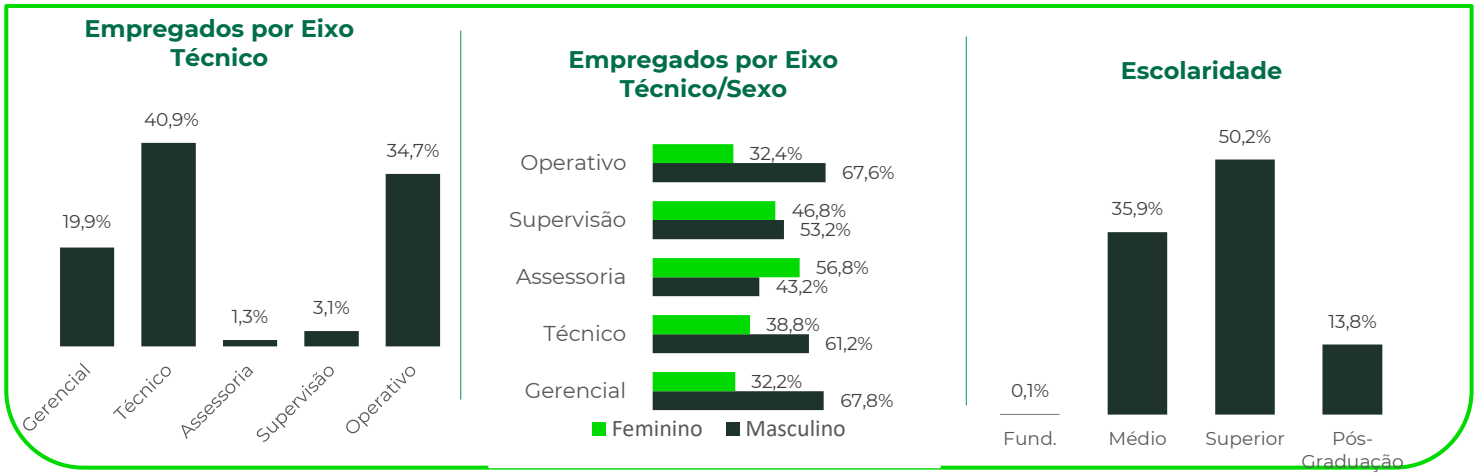
Realizamos a gestão de capital regulamentar com base nas diretrizes do Acordo de Basileia III, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, por meio de um Plano de Capital com horizonte de três anos, que subsidia a manutenção do capital em níveis adequados.

Em junho de 2025, o Patrimônio de Referência (PR) atingiu R$ 7,1 bilhões, crescimento de 11,7% em relação a junho de 2024 (R$ 6,4 bilhões). O montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) totalizou R$ 51,0 bilhões, incremento de 10,5% sobre os R$ 46,2 bilhões registrados no mesmo período do ano anterior. Essas variações mantiveram o Índice de Basileia (IB) em patamar superior ao mínimo regulatório, alcançando 14,00% em junho de 2025, em linha com os 13,78% observados em junho de 2024, apresentando uma elevação de 0,22 p.p.

Gestão de Pessoas

Encerramos o 1S25 com 2.875 empregados. A maioria desses empregados estão lotados nas unidades que compõem a Rede de Atendimento, incluindo agências e superintendências. Além dos empregados, oferecemos oportunidades a 218 estagiários e 189 jovens aprendizes.





Cursos realizados no Portal Educacional

14.460 Participações nos cursos EAD

No 1S25, destinamos R$ 3,6 milhões a ações educacionais, registrando crescimento de 81,2% em relação ao mesmo período de 2024. O engajamento dos colaboradores foi expressivo, com 14.460 participações e 44.461 horas de cursos no portal educacional. Ampliamos ainda nossas parcerias, como a estabelecida com a Alura, plataforma de ensino online, referência em tecnologia, inovação e negócios digitais. Esse investimento fortalece o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, em sintonia com as necessidades estratégicas da organização e com a capacitação dos colaboradores.

Qualidade de Vida

Buscamos constantemente promover a melhoria da saúde e do bem-estar dos nossos empregados por meio de Programas de Saúde e Qualidade de Vida. Essas iniciativas reforçam nosso compromisso em valorizar as pessoas e melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Tecnologia da Informação – TI

No 1S25, mantivemos o foco na execução do nosso plano diretor de tecnologia, alinhado ao nosso planejamento estratégico. Entre as principais ações, destacamos o cumprimento das regulamentações do Banco Central, como a Instrução Normativa BCB nº 491 e a implementação do Pix Agendado Recorrente, garantindo total *compliance* legal. Avançamos na modernização da infraestrutura com a plataforma *Service Now,* ampliando o uso da camada de *Data View* e do *Data Lake* para promover maior integração, automação e eficiência operacional. Enfrentamos desafios da transformação digital, construindo *APIs* modernas e gerenciando ativamente nosso *backlog* de demandas para priorizar entregas estratégicas. Atendemos rigorosamente as demandas relacionadas ao *Open Finance* e às normas de segurança da informação. Durante esse período, padronizamos a arquitetura de *APIs*, iniciamos a operação do *Gate Layer* e estruturamos a camada analítica, além dos ambientes de testes e homologação.

Projeto Dados e Analítica Avançada

No 1S25, implementamos várias inovações importantes, destacando-se:

- **Dados e *Analytics:*** Foram implementadas regras de sanitização e governança no novo *Data Lake*, com modelagem inicial de dados para apoiar serviços do *core* bancário, adquirência e cartões, promovendo o uso crescente de dados integrados e de qualidade nas decisões de relacionamento com o cliente.
- **Implantação da primeira *API* do *Gate Layer* com padrão *FAPI/CIBA*:** a nova API viabiliza integrações seguras e modernas com os canais digitais. Também foram consolidadas as jornadas digitais de *onboarding* e solicitação de cartões com validação antifraude e emissão imediata de cartão virtual.
- **Início da implantação do HCI:** a solução de Hiper Convergência unifica as funções de processamento e armazenamento de dados em uma única estrutura, ampliando a capacidade computacional para sustentar servidores virtuais e suportar tanto os sistemas atuais quanto novas soluções que demandam maior desempenho tecnológico.
- **Solução de *Backup* corporativo:** Contratação de nova solução de backup corporativo como serviço, utilizando a tecnologia *Dell Data Protection Suite*.
- **Plataforma de serviços (*Service Now*):** O projeto visa apoiar a nossa Transformação Digital do por meio da automatização dos processos de negócio e da modernização dos processos de TI, aumentando a eficiência operacional e alinhando as áreas estratégicas às novas demandas digitais.
- **Projeto *Red Hat:*** O Projeto *Red Hat* moderniza o barramento com uso de contêineres, microsserviços e APIs, fortalecendo a transformação digital, com mais segurança, escalabilidade e alinhamento.

Ouvidoria

No 1S25, atendemos a 225 demandas, sendo 71 manifestações de ouvidoria e 154 solicitações por meio do SIC, em conformidade com a Lei 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso à Informação. O tema predominante foi a renegociação de dívidas. Todas as demandas foram respondidas dentro dos prazos estabelecidos com total comprometimento com a ética, imparcialidade e transparência.

Em comparação ao 1S24, observamos um aumento de 68% no número de solicitações no mesmo período do ano anterior. Embora as demandas no canal interno da Ouvidoria se mantenham estáveis, os canais externos apresentam crescimento, indicando que muitos clientes têm buscado alternativas fora da instituição. Este cenário reforça a necessidade de implementarmos canais de atendimento mais ágeis e acessíveis.

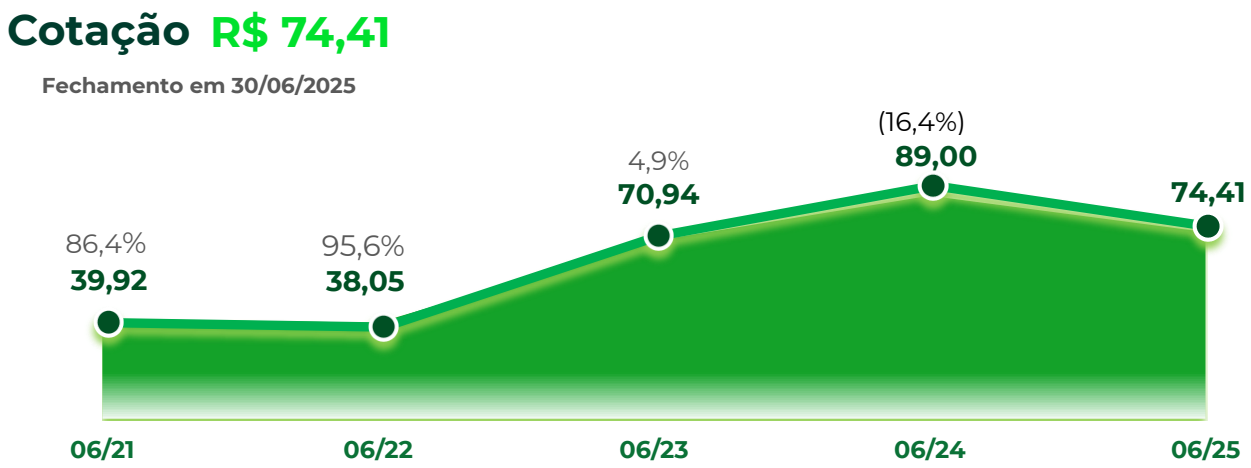
Segurança Corporativa

No 1S25, registramos avanços significativos em nossa estrutura de segurança corporativa, com ações integradas voltadas à proteção de dados, cibersegurança, segurança patrimonial, prevenção a fraudes, ilícitos e lavagem de dinheiro.

Ampliamos em 90% nossa efetividade na prevenção à lavagem de dinheiro em comparação ao 1S24, resultado de melhorias no monitoramento, capacitações e desenvolvimento de relatórios automatizados. Também reduzimos perdas financeiras e aprimoramos o tempo de resposta a incidentes, com ações de prevenção a fraudes e apoio à regulamentação do setor. Modernizamos sistemas de controle de acesso, concluímos contratações emergenciais e licitações em estados estratégicos e buscamos inovações por meio de eventos técnicos.

Além disso, aprimoramos a gestão cadastral e reforçamos a conformidade com treinamentos e materiais educativos. Essas ações fortaleceram a integridade institucional, a proteção dos ativos e a conformidade com as normas legais e regulatórias.

Desempenho das ações BAZA3



No acumulado dos últimos 12 meses, nossas ações apresentaram redução de 16,4%. Nos últimos cinco anos, observamos a valorização acumulada de aproximadamente 152,6%. Encerramos o mês de junho com o total de 17.148 acionistas, dos quais 16.573 são pessoas físicas, 558 são pessoas jurídicas e 17 são acionistas não residentes. Vale ressaltar que a União é o acionista controlador, detendo 97% das ações da companhia de forma direta e indireta.

No 1S25, nossas ações apresentaram desempenho sólido no mercado. Ao todo, foram registrados 3.675 negócios, com 533.600 ações movimentadas, refletindo interesse consistente dos investidores. O volume total negociado no período foi de R$ 42,9 milhões e a liquidez média diária atingiu R$ 351,3 mil, evidenciando nossa capacidade de negociações dos papeis no mercado secundário.

Estamos modernizando continuamente nosso programa de relacionamento com investidores para ampliar a transparência e fortalecer o engajamento com investidores institucionais, tanto no Brasil quanto no exterior. Como parte desse processo, desenvolvemos ferramentas tecnológicas mais ágeis e dinâmicas, garantindo o acesso rápido, claro e preciso às informações. Nosso objetivo é oferecer dados confiáveis e objetivos a acionistas, analistas e ao público em geral.

Obrigações ou Responsabilidades assumidas pelo banco para atender ao Interesse Público

A Constituição de 1988 trouxe mudanças, em grande parte, à nova dimensão política que passou a dar tratamento especial aos desequilíbrios regionais, bem como a intensa e inédita participação dos mais variados segmentos sociais na sua elaboração, indicando um longo processo de fortalecimento da democracia brasileira, e foi realizada a criação de fundos constitucionais, incluindo o Fundo Constitucional do Norte - FNO.

Na condição de administrador dos recursos do FNO, efetuamos operações que atendem prioritariamente aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro, pequenos empreendedores, microempreendedores individuais e agricultura de base familiar).

A área de atuação do FNO compreende uma extensa e desafiadora faixa territorial composta pelos sete estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).,

Assim, o FNO se apresenta como instrumento fundamental na implementação das políticas públicas guiado pelas diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Regional e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), colocando a Região Norte na rota do desenvolvimento, atendendo, desse modo, ao objetivo principal de desenvolvimento do país, na redução da pobreza e das desigualdades regionais.

Auditoria Independente – PwC

Declaramos que, no 1S25 a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

Belém, 25 de setembro de 2025.

ÍNDICE

Demonstrações Financeiras....03
Balanço Patrimonial 03
Demonstração do Resultado....05
Demonstração do Resultado Abrangente....06
Demonstração do Fluxo de Caixa....07
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido....08
Demonstração do Valor Adicionado....09
Nota 1 - Contexto operacional 10
Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras....10
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis 10
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa 16
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez 16
Nota 6 - Ativos financeiros – TVM....16
Nota 7 - Operações de crédito 18
Nota 8 – Perda Esperada para Ativos Financeiros....19
Nota 9 – Instrumentos Financeiros Derivativos e *Hedge* Contábil....20
Nota 10 – Outros Ativos Financeiros....20
Nota 11 – Imobilizado e Intangível 21
Nota 12 – Passivos a Custo Amortizado 22
Nota 13 – Outros Passivos....24
Nota 14 – Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais....24
Nota 15 – Patrimônio Líquido....26
Nota 16 - Tributos....27
Nota 17 – Desdobramento das Principais Contas de Resultado 30
Nota 18 - Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) 32
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) 32
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) 33
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM) 34
Nota 22 - Fundos de Investimentos Financeiros (FIFs) 34
Nota 23 - Partes Relacionadas 34
Nota 24 - Remuneração Paga aos Empregados e Administradores....36
Nota 25 - Benefícios a Empregados 36
Nota 26 - Gerenciamento de Riscos e Capital 42
Nota 27 – Outras Informações....49
Nota 28 – Eventos Subsequentes....50
Relatório Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras....51
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria....58
Parecer do Conselho Fiscal....61
Parecer do Conselho de Administração....62
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras....63
Declaração da Diretoria sobre o Relatório do Auditor Independente....64
Membros da Administração....65

BALANÇO PATRIMONIAL

A T I V O	NOTAS	30.06.2025
Disponibilidades	4	**49.071**
Ativos Financeiros		**56.294.068**
Ao Custo Amortizado		34.694.877
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	409.343
Provisão para Perdas Esperadas	5	(57)
Aplicações no Mercado Aberto	5	919.980
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	6.a	874
Repasses Interfinanceiros	20	267.902
Operações de Crédito	7.a	35.215.201
Provisão para Perdas Esperadas	7.a	(2.162.257)
Outros Ativos Financeiros - Carteira de Câmbio	7.a	53.393
Provisão para Perdas Esperadas	7.a	(9.502)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	6.b	21.599.191
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		21.599.191
Outros Ativos Financeiros	10	**817.562**
Ativos Fiscais		**1.709.438**
Ativos Fiscais Diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social	16.c	1.691.042
Impostos e Contribuições a Compensar	16.f	18.396
Imobilizado	11.a	**123.093**
Imobilizado de Uso		418.445
Depreciação Acumulada		(295.352)
Intangível	11.b	**118.776**
Intangíveis		439.209
Amortização Acumulada		(320.433)
TOTAL DO ATIVO		**59.112.008**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

P A S S I V O E P A T R I M Ô N I O L Í Q U I D O	NOTAS	30.06.2025
Passivos Financeiros		**52.083.964**
Ao Custo Amortizado		**50.154.210**
Depósitos	12.a	13.480.494
Outros Instrumentos de Dívida (LCA)	12.b	1.081.209
Relações Interfinanceiras		27.279
Obrigações por Empréstimo	12.c	51.395
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.d	365.657
Obrigações por Repasses do Exterior	12.e	238.874
Instrumentos Financeiros Derivativos	9	11.120
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	12.f	33.217.820
Outros Passivos Financeiros	12.g	11.321
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		6.469
Sociais e Estatutárias		4.852
Provisão para Perdas Esperadas	14	1.669.041
Compromissos de Empréstimos		42.254
Garantias Financeiras Prestadas		1.626.787
Provisões	14	**1.698.109**
Atuarial		1.302.044
Cíveis, Fiscais, Trabalhistas e Outras		396.065
Outros Passivos	13	**108.344**
Obrigações Fiscais	16.g	**123.301**
Correntes		107.604
Diferidos		15.697
Patrimônio Líquido	15.a	**7.028.044**
Capital Social	15.b	3.654.918
Reservas de Capital	15.d	2.253
Reserva de Lucro	15.d	3.755.941
Reserva de Avaliação	15.f	15.985
Outros Resultados Abrangentes	15.f	(401.053)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(401.053)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**59.112.008**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NOTAS	1º SEMESTRE 2025
Receitas da Intermediação Financeira	17	**3.010.282**
Operações de Crédito		1.627.482
Resultado de Operações com TVM		1.381.132
Rendas de Outras Operações com Características de Crédito		1.668
Despesas da Intermediação Financeira	17	**(2.103.579)**
Operações de Captação no Mercado		(720.218)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.383.361)
Perdas Esperadas Para Ativos Financeiros (Líquidas)	8.b / 17	**(527.785)**
Perdas Esperadas de Operações de Crédito		(476.348)
Perdas Esperadas de Outros Ativos Financeiros		(40.357)
Perdas Esperadas de Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		(11.080)
Variações Cambiais (Líquidas)	17	**(7.879)**
Resultado de Intermediação Financeira	17	**371.039**
Outras Receitas Operacionais		**1.498.136**
Receitas de Prestação de Serviços	17.b	274.746
Receitas de Tarifas Bancárias e Comissões	17.c	151.892
Del Credere FNO	20	996.489
Recuperação de Rendas FNO	20	25.767
Recuperação de Encargos e Despesas		8.222
Demais Receitas Operacionais	17.g	41.020
Outras Despesas Operacionais		**(819.316)**
Despesas de Pessoal	17.d	(387.812)
Despesas Administrativas	17.e	(256.790)
Despesas Tributárias	17.f	(89.430)
Depreciação e Amortização	11.c	(20.253)
Demais Despesas Operacionais	17.g	(65.031)
Provisões	17.g	**(350.450)**
Garantia Financeira Prestada (Líquida)		(133.128)
Passivo Atuarial		(159.541)
Demandas Judiciais		(44.062)
Planos Saldados		(13.719)
Resultado Operacional		**699.409**
Resultado Não Operacional	17.h	**492**
Resultado Antes dos Tributos e Participações	16.a	**699.901**
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	16.a	**(124.742)**
Corrente		(161.131)
Diferido		36.389
Lucro líquido do Período	15.e	**575.159**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	1º SEMESTRE 2025
Lucro Líquido do Período	**575.159**
Outros Resultados Abrangentes do Período	**131.160**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	**42.039**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA	74.403
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Hedge de Fluxo de Caixa (Derivativos)	(10.254)
Efeito Tributário s/ Ajustes de Avaliação Patrimonial - Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA	(26.724)
Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Hedge de Fluxo de Caixa (Derivativos)	4.614
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	**89.121**
Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	161.487
Efeito Tributário sobre Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	(72.669)
Realização da Reserva de Reavaliação	551
Efeito Tributário sobre Realização da Reserva de Reavaliação	(248)
Resultado Abrangente do Período	**706.319**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Elaborada pelo método indireto	NOTAS	1º SEMESTRE 2025
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Resultado Antes dos Tributos e Participações	16.a	**699.901**
Ajustes ao Resultado Líquido antes dos Tributos e Participações		**913.981**
Depreciações e Amortizações	11.c	20.253
Despesas/Reversão de Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	8.b	476.348
Despesas/Reversão de Provisão para Repasses do FNO		93
Resultado com Variação Cambial	17	7.879
Despesas/Reversão de Provisões para Passivos Contingentes	17.g	44.439
Despesas/Reversão de Outras Provisões		159.526
Despesas/Reversão de Provisões para Riscos do FNO	17.g	133.128
Despesas/Reversão de Provisões para Aplicações Interfinanceiras		15
Despesas/Reversão de Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	8.b	40.249
Despesas/Reversão de Provisões para Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	8.b	11.080
Despesas de Provisões para Outros Ativos		20.971
Resultado Líquido Ajustado		**1.613.882**
Variações Patrimoniais		**1.325.453**
(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(104.821)
(Aumento) em Relações Interfinanceiras e Interdependências		(43.637)
(Aumento) em Operações de Crédito		(2.516.726)
(Aumento) em Outros Créditos		(132.785)
Aumento em Depósitos		606.697
(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(39.571)
Aumento em Captações no Mercado Aberto		84.611
Aumento em Outras Obrigações		3.589.119
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(117.434)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**2.939.335**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários a Valor Justo Outros Resultados Abrangentes		(1.921.470)
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado		(27)
Adição em Imobilizado de Uso	11.c	(25.399)
Alienação do Imobilizado de Uso		6
Aplicação do Intangível	11.c	(29.165)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(1.976.055)**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros sobre Capital Próprio Pagos		(448.643)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(448.643)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**514.637**
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Período		454.414
No Fim do Período	4	969.051
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(514.637)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	NOTA	CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		REALIZADO			LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAIS DE LUCROS			
SALDO EM 31.12.2024	15	**3.654.918**	**2.253**	**16.288**	**373.597**	**3.015.945**	-	**(531.910)**	-	**6.531.091**
Reconhecimento dos Efeitos da Res. CMN 4.966/21		-	-	-	-	-	-	-	**(206.013)**	**(206.013)**
SALDO EM 01.01.2025		**3.654.918**	**2.253**	**16.288**	**373.597**	**3.015.945**	-	**(531.910)**	**(206.013)**	**6.325.078**
AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		-	-	-	-	-	-	**42.039**	-	**42.039**
Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	47.679	-	47.679
Hedge de Fluxo de Caixa (Derivativos)		-	-	-	-	-	-	(5.640)	-	(5.640)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	-	-	-	**88.818**	-	**88.818**
Ajustes de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	88.818	-	88.818
OUTROS EVENTOS	15.c	-	-	**(303)**	-	**(3.050)**	-	-	**303**	**(3.050)**
Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	(551)	-	-	-	-	551	-
Realização da Reserva		-	-	(551)	-	-	-	-	551	-
Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	248	-	-	-	-	(248)	-
Realização da Reserva		-	-	248	-	-	-	-	(248)	-
Outros		-	-	-	-	(3.050)	-	-	-	(3.050)
LUCRO LÍQUIDO	15.e	-	-	-	-	-	-	-	**575.159**	**575.159**
DESTINAÇÕES	15.g	-	-	-	**28.758**	**255.518**	**85.173**	-	**(369.449)**	-
Reservas		-	-	-	28.758	255.518	-	-	(284.276)	-
Dividendos		-	-	-	-	-	85.173	-	(85.173)	-
SALDOS EM 30.06.2025	15.a	**3.654.918**	**2.253**	**15.985**	**402.355**	**3.268.413**	**85.173**	**(401.053)**	-	**7.028.044**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	NOTAS	1º SEMESTRE 2025
RECEITAS		**3.981.269**
Intermediação Financeira	17	3.010.282
Prestações de Serviços e tarifas		426.637
Provisão para Perdas Esperadas para Ativos Financeiros	8.b / 17	(527.785)
Del Credere FNO	20	996.489
Outras		75.646
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	17	**(2.103.579)**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		**(668.756)**
Materiais, energia e outros		(29.276)
Serviços de terceiros		(215.976)
Outras		(423.504)
VALOR ADICIONADO BRUTO		**1.208.934**
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	11.c	**(20.253)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE		**1.188.681**
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		**1.188.681**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**1.188.681**
Pessoal		**321.518**
Remuneração direta		236.769
Benefícios		61.498
FGTS		23.251
Impostos, taxas e contribuições		**280.466**
Federais		269.959
Estaduais		26
Municipais		10.481
Remuneração de capitais de terceiros		**11.538**
Aluguéis	17.e	11.538
Remuneração de capitais próprios	15.e	**575.159**
Resultado líquido do semestre		575.159

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada na Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Banco está presente nos nove Estados, que compõem a Amazônia Legal brasileira na cidade de São Paulo e na capital do Distrito Federal, com um portfólio de produtos e serviços que vão de grandes projetos de infraestrutura até empreendedores rurais e não rurais, com atuação destacada no apoio ao microcrédito, agricultura familiar e financiamentos às Micros e Pequenas Empresas e Microempreendedor Individual (MPEI's).

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (Nota Explicativa nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (Nota Explicativa nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Nota Explicativa nº 19). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas nº 12.f (item sobre obrigações do Banco por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento) e nº 14.a (item que apresenta as Provisões para as Garantias Financeiras Prestadas).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Banco adotou ao que determina o Art. 79 da Res. CMN n° 4.966/2021, onde ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória**.** Estão observadas nas demonstrações financeiras do Banco as seguintes normas:

CPC 00 (R2) - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Pronunciamento Conceitual Básico;
CPC 01 (R1) - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
CPC 02 (R2) - Resolução CVM nº 91/2022 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;
CPC 03 (R2) - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração do Fluxo de Caixa;
CPC 04 (R1) - Resolução CMN n° 4.534/2016 - Ativo Intangível;
CPC 05 (R1) - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas;
CPC 09 (R1) - Resolução CVM nº 199/2024 - Demonstração do Valor Adicionado;
CPC 10 (R1) - Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações;
CPC 23 - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro;
CPC 24 - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Evento Subsequente;
CPC 25 - Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
CPC 26 (R1) - Resolução CVM nº 106/2022 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
CPC 27 - Resolução CMN n° 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso;
CPC 32 - Resolução CVM nº 83/2022 – Tributos sobre o Lucro;
CPC 33 (R1) - Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados;
CPC 41 - Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 – Resultado por Ação; e
CPC 46 e CPC 47 - Resolução CMN n° 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo e Receita de Contrato com Cliente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações Financeiras do Banco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no período.

As demonstrações financeiras elaboradas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de setembro de 2025.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco. Os ativos e passivos indexados ao Dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do Dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo

valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (Nota Explicativa n° 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de Curto Prazo.

d) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor de transação ou pelo valor justo, conforme regulamentação vigente, sendo incluídos no balanço do Banco.

A classificação de ativos financeiros ocorre de acordo com o modelo de negócios, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de “Somente Principal e Juros” (SPPJ).

d.1) Classificação dos Ativos Financeiros

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA): ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros.

Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal, quanto para a venda.

Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (VJR): ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo no resultado, de forma irrevogável, com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis. Atualmente o Banco não possui ativos nessa classificação.

Modelos de Negócios: representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para concluir se constituem apenas pagamento de principal e juros, que devem ser representados por contraprestação do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro. Caso não se enquadre à essa definição, o ativo financeiro não atende ao Teste SPPJ e, consequentemente, é classificado na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado.

Os instrumentos patrimoniais, representados por ações e cotas de fundos de investimento não atendem ao Teste SPPJ e são classificados na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado, exceto quando o modelo de negócio tenha o objetivo diferente de negociação, sendo, portanto, designado, irrevogavelmente, a Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes.

d.2) Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros classificados como Custo Amortizado ou a Valor Justo em outros Resultados Abrangentes são reconhecidos por meio da Taxa de Juros Efetiva da Operação (TJEO), que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A TJEO considera as receitas recebidas e, os custos de transação pagos, relacionados à aquisição ou originação dos instrumentos financeiros.

O Banco da Amazônia adotou a faculdade prevista no § 2º do art.13 da Res. nº 4.966/2021 utilizando o critério de materialidade para definir registro das receitas de originação.

Mensuração a Valor Justo

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias Valor Justo no Resultado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes são avaliados pelo valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de:

I - Receita ou Despesa, no resultado do período, caso seja relativa a instrumentos financeiros classificados na categoria Valor Justo no Resultado; ou

II - Outros Resultados Abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, caso seja relativa a ativos financeiros classificados na categoria Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes.

Os ganhos ou as perdas não realizadas alocados em outros Resultados Abrangentes são transferidos para resultado quando o ativo é baixado totalmente, ou parcialmente, na proporção equivalente, exceto para os instrumentos patrimoniais designados a valor justo em outros resultados abrangentes, designados dessa forma, no reconhecimento inicial, de forma irrevogável. Neste caso, a transferência dos ganhos ou das perdas é realizada para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Hierarquia de Valor Justo

Os ativos mensurados ao Valor Justo de forma recorrente foram classificados conforme abaixo:

Nível 1: Títulos e Valores Mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo. Neste nível foram classificados os títulos do governo brasileiro e cotas de fundos de investimento.

Nível 2: Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos. Os insumos utilizados pelos modelos são capturados diretamente ou construídos a partir de observações de mercados ativos.

Nível 3: Títulos e Valores Mobiliários, derivativos para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos. Não há instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Detalhes sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros e sua hierarquia estão na Nota Explicativa nº 6.c.

d.3) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banco constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB n° 352/2023 para:

I - Ativos Financeiros, exceto Instrumentos Patrimoniais de outra entidade, ativos classificados na categoria Valor Justo por meio do resultado mensurado no nível 1 de hierarquia de valor justo (com exceção dos títulos privados, operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) e instrumentos financeiros derivativos;

II - Garantias Financeiras Prestadas;

III - Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar.

A Resolução CMN nº 4.966/2021 exige a adoção de uma abordagem robusta, sistemática e preditiva para a avaliação e provisão de perdas esperadas, garantindo maior precisão e transparência da gestão de risco de crédito.

A metodologia da perda esperada adotada pelo Banco da Amazônia aloca os instrumentos financeiros em estágios, conforme a deterioração do risco de crédito:

Estágio 1: quando os Instrumentos Financeiros não apresentam um aumento significativo no risco de crédito, desde o seu reconhecimento inicial, ou quando o seu risco diminuiu significativamente. A perda é calculada para os próximos 12 meses, ou durante o prazo esperado do instrumento.

Estágio 2: quando um Instrumento Financeiro demonstra aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, ou quando um instrumento financeiro deixou de ser um ativo problemático, mas seu risco de crédito não diminuiu significativamente. A perda é calculada para todo o prazo esperado do ativo financeiro.

Estágio 3: Instrumentos Financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito.

Para maiores informações sobre premissas e critérios utilizados para apuração da perda esperada, vide Nota Explicativa nº 26 - Gerenciamento de Riscos e Capital.

Os principais parâmetros utilizados na avaliação de risco de crédito são:

PD (*Probability of Default*): Probabilidade de inadimplência, que estima a chance de um ativo financeiro entrar em *default* dentro de um período específico.

LGD (*Loss Given Default*): Perda dada a inadimplência, que estima a porcentagem de perda em caso de *default.*

EAD (*Exposure at Default*): Exposição no momento da inadimplência, que estima o valor em risco no momento do *default*.

d.4) Ativos Problemáticos

Um ativo será considerado problemático quando apresenta sinais de deterioração na qualidade de crédito, como atrasos nos pagamentos superiores a 90 (noventa) dias ou reestruturações de dívida. Esses ativos são monitorados de modo a acompanhar o período de cura.

d.5) Cura

A cura refere-se ao processo pelo qual um ativo problemático retorna ao status de ativo saudável. Isso pode ocorrer através de pagamentos regulares, reestruturação bem-sucedida da dívida ou melhoria na situação financeira do devedor.

d.6) *Stop Accrual*

O procedimento conhecido como *stop accrual* consiste na interrupção do registro de receitas, multas, juros de mora, custos de originação e quaisquer outras operações financeiras relativas a ativos com dificuldades de recuperação de crédito.

d.7) Baixa de Ativos Financeiros

A baixa dos Ativos Financeiros ocorre quando os direitos de receber os fluxos de caixa associados a esses ativos deixam de existir ou quando o Banco da Amazônia transfere de forma significativa todos os riscos e benefícios relacionados à propriedade, desde que essa transferência esteja em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e pela Resolução BACEN nº 352/2023.

d.8) Derivativos e *Hedge* Contábil

Derivativos; são mensurados ao valor justo por meio do resultado e contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Os derivativos utilizados como instrumentos de proteção são designados para fins de *Hedge* Contábil, conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002, de acordo com a sua natureza:

• *Hedge* de Fluxo de Caixa: a parcela efetiva de *hedge* dos instrumentos financeiros de proteção é contabilizada pelo valor justo com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela inefetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.

• *Hedge* de Valor Justo: os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Hedge Contábil**:** A Instituição opera instrumentos financeiros derivativos (*SWAPs*) para gerenciar suas exposições globais (moedas estrangeiras e taxas de juros).

d.9) Hedge de Fluxo de Caixa

Em maio de 2025, o Banco da Amazônia captou recursos, por meio de um repasse da Agência Francesa de Desenvolvimento, no montante de EUR 37 milhões com pagamentos intermediários de juros (taxa pré) e principal com vencimento final em julho de 2034.

O Banco da Amazônia contratou um *swap*, com o objetivo de proteger seus fluxos de pagamentos decorrentes das flutuações de variação cambial, em troca de taxa pré em reais com 100% de proteção sobre o risco protegido.

d.10) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao Custo Amortizado, exceto por:

Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado: representados pelos derivativos e passivos financeiros gerados em contratos de empréstimos ou aluguel de ativos financeiros.

Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar: mensurados, considerando a provisão para perdas de crédito esperada.

Garantias Financeiras: mensurados pelo maior valor entre (i) a provisão para perdas de crédito esperada; e (ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita.

e) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

f) Imobilizado de Uso e Intangível

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas operacionais (Nota Explicativa nº 11.a).

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são amortizados pelo método linear. A amortização também é contabilizada em outras despesas operacionais (Nota Explicativa nº 11.b).

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos *(Impairment)*

Uma perda é reconhecida caso haja evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

h) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, junto aos seus empregados, benefícios, classificados de acordo com o Pronunciamento CPC nº 33 (R1) como de Curto Prazo e de Pós-Emprego (Notas Explicativas nºs 24 e 25).

O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de Curto Prazo são feitos pelo valor original, sem desconto a valor presente (baseado em cálculo iminentemente financeiro ou atuarial), com base no regime de competência mensal (Nota Explicativa nº 25).

Os Benefícios Pós-Emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são ações executadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC nº 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovadas pela Resolução CVM n.º 110/2022 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020. Os benefícios de natureza previdenciária são decorrentes de planos fechados de Previdência Complementar, do tipo “BD-Benefício Definido” e “CV-Contribuição Variável”, que contam com o patrocínio do Banco, além do Plano de assistência médica (Nota Explicativa nº 25).

O custo de Benefício Definido diz respeito à variação no valor líquido de passivo/(ativo), decorrente do custo do serviço, dos juros líquidos e dos ganhos e perdas atuariais. O custo do serviço pode ser classificado entre corrente, passado e a qualquer ganho ou perda na liquidação. O custo do serviço corrente refere-se ao valor presente das obrigações de Benefício Definido resultantes do serviço prestado pelos empregados no período corrente. O custo do serviço passado refere-se ao aumento (ou diminuição) no passivo atuarial do plano decorrente de alterações nos benefícios do plano que se aplicam ao serviço dos empregados em períodos anteriores ao período corrente.

Para os Planos do tipo “Benefício Definido” e para a parcela dos benefícios não programados do Plano de Contribuição Variável, que possui características de plano de Benefício Definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de Benefício Definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e as perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos

planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em "Outros resultados abrangentes", sensibilizando o patrimônio líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do Plano de Contribuição Variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes das alterações dos valores estimados, que compõem o conjunto de hipóteses e de premissas atuariais levadas em consideração nos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços técnicos de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a reavaliação desses cálculos, incluindo, além das variáveis anteriormente mencionadas, a análise de sensibilidade por alteração significativa de valor estimado das premissas mais relevantes, a saber: taxa de juros atuarial e expectativa de sobrevida da tábua de mortalidade.

i) Tributos

O tratamento tributário das perdas na recuperação de créditos era disciplinado exclusivamente pela Lei nº 9.430/1996. Nesse contexto, todas as pessoas jurídicas, inclusive as instituições financeiras, eram submetidas a regras uniformes, sem considerar as especificidades técnicas aplicáveis ao setor financeiro, como os critérios de classificação e provisionamento de créditos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, gerando um descompasso relevante em relação ao tratamento contábil e, por conseguinte, acarretando elevados volumes de ativos fiscais diferidos, frequentes autuações fiscais e custos expressivos de conformidade.

A edição da Resolução CMN nº 4.966/2021, seguida pela Resolução BCB nº 352/2023 e pela Lei nº 14.467/2022, promoveu uma reestruturação do tratamento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito. O objetivo foi alinhar a normativa brasileira aos padrões internacionais de contabilidade e às diretrizes de Basileia III. Esse novo arcabouço normativo instituiu um regime específico para fins tributários, permitindo a dedutibilidade progressiva das perdas com base em critérios objetivos, como a inadimplência superior a 90 dias e a aplicação de percentuais fixados em função do grau de risco e do nível de provisão contábil registrada, conforme estabelecido na Lei nº 14.467/2022.

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco deduziu, na determinação do lucro real (IR) e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas em operações inadimplidas, definindo critérios específicos para a dedução dessas perdas, incluindo a aplicação de fatores de ajuste baseados no tempo de inadimplência e na natureza das garantias associadas aos créditos. Concomitantemente o desenvolvimento de controles internos necessários que permeiam a implementação de fluxos de informação para identificar créditos inadimplentes e a contabilização/reversão de ativos fiscais diferidos.

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (Nota Explicativa n° 16):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2023	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, pela Resolução CVM nº 72/2022 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes representam direitos com realização incerta e, por esse motivo, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em Notas Explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25.

A Provisão para riscos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na análise jurídica e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, não havendo aumento no valor descontado da provisão a valor presente. São revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos judiciais de natureza cível ou trabalhistas, referente causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, apurados segundo parâmetros estatístico, levando em conta as perdas históricas dos últimos cinco anos.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação da área jurídica. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (Nota Explicativa n° 14).

As ações são classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações Trabalhistas, Fiscais, Cíveis e Trabalhistas - CAPAF.

Ações Trabalhistas: estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas, na grande maioria, por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria, ex-empregados de empresas terceirizadas. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho,

adicional de função e representação, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Fiscais: o Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais que podem, eventualmente, gerar autuações: composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL – dedutibilidades, discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores, a maioria das ações judiciais versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua certidão de regularidade fiscal.

Ações Cíveis: consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores por revisão contratual, entre outras. As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos juizados especiais cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários-mínimos. Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição.

Ações Trabalhistas – CAPAF: estão relacionadas a provisões para cobrir ações movidas por participantes da CAPAF, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. Não há previsão de qualquer reembolso esperado para as classes de provisão.

Obrigações legais decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras (Nota Explicativa n° 14).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (Nota Explicativa n° 14.c).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

k) Outros Ativos e Passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou aos índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

l) Demonstração do Valor Adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

m) Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;

2. Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Houve evento subsequente relevante para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2025 (Nota Explicativa nº 28).

n) Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas e as aplica de forma prospectiva.

Ativos e passivos sujeitos às incertezas relacionadas a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes Notas Explicativas:

Nota Explicativa nº 16 – Tributos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Nota Explicativa nº 25 – Benefícios a Empregados: reconhecimento na mensuração de provisão para benefícios pós-emprego.

Nota Explicativa nº 26 – Gerenciamento de Riscos e Capital: abrange análise de sensibilidade sobre os títulos e valores mobiliários da instituição, considerando cenários de stress (Nota Explicativa nº 6 – Títulos e Valores Mobiliários - TVM), sobre critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas Explicativas nº 7 –

Operações de Crédito e nº 20 – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO), e sobre reconhecimento na mensuração de provisão para contingências (Nota Explicativa nº 14 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas aplicadas na base de 30 de junho de 2025 e que possuem risco de gerar ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas Notas Explicativas.

o) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CVM nº 113/2022. O Lucro por Ação do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (Nota Explicativa n° 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

p) Resultado Recorrente e Não Recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na Nota Explicativa nº 27.c.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30.06.2025
Disponibilidades	**49.071**
Disponibilidade em Moeda Nacional	40.331
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	8.740
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota nº 5)	**919.980**
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	919.980
Total	**969.051**

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30.06.2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**1.329.266**
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (nota nº 4)	**919.980**
Letras Financeiras do Tesouro	499.981
Letras do Tesouro Nacional	299.999
Notas do Tesouro Nacional	120.000
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	**409.286**
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	409.343
Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(57)

As aplicações interfinanceiras de liquidez são gerenciadas com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, portanto estão classificadas como custo amortizado.

6. Ativos Financeiros – TVM

a) Ativos Financeiros a Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários

	30.06.2025		
	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido
Títulos Públicos	874	-	874
Notas do Tesouro Nacional	874	-	874
Total	**874**	**-**	**874**

O Custo Amortizado dos Ativos Financeiros a Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários, por vencimento, são os seguintes:

	30.06.2025	
	Custo amortizado	Custo amortizado líquido
Não circulante	**874**	**874**
De um a cinco anos	874	874
Total	**874**	**874**

b) Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários

	30.06.2025					
	Custo	Ajuste ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo	Estágio 1	Estágio 3
Carteira Própria	**21.614.278**	**(314.807)**	**(87.813)**	**21.211.658**	**21.501.691**	**104.959**
Títulos Públicos	**19.678.267**	**(264.397)**	**(2.754)**	**19.411.116**	**19.670.639**	-
Notas do Tesouro Nacional	1.232.635	(274.373)	(172)	958.090	1.232.635	-
Letras do Tesouro Nacional	48.221	(21)	(7)	48.193	48.221	-
Letras do Financeiras do Tesouro	18.397.411	9.997	(2.575)	18.404.833	18.389.783	-
Títulos Privados	**1.936.011**	**(50.410)**	**(85.059)**	**1.800.542**	**1.831.052**	**104.959**
Debêntures	247.768	(15.224)	(84.838)	147.706	179.621	68.147
Letras Financeiras	1.575.854	1.385	(221)	1.577.018	1.575.854	-
Cotas de Fundos em Direitos	12.099	(576)	-	11.523	11.162	937
Cotas de Fundos de Invest.- Renda	61.876	(123)	-	61.753	61.876	-
Cotas de Fundos de Invest.	979	(2)	-	977	979	-
Ações	35.875	(34.310)	-	1.565	-	35.875
Cotas de Fundos - FINAM	1.560	(1.560)	-	-	1.560	-
Vinculados a Prestação de Garantias	**493.857**	**(106.254)**	**(70)**	**387.533**	**501.485**	**-**
Títulos Públicos	**493.857**	**(106.254)**	**(70)**	**387.533**	**501.485**	**-**
Letras Financeiras do Tesouro	63.971	3	(9)	63.965	71.600	-
Notas do Tesouro Nacional	429.886	(106.257)	(61)	323.568	429.885	-
Total	**22.108.135**	**(421.061)**	**(87.883)**	**21.599.191**	**22.003.176**	**104.959**

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R$ 63.972 estão vinculados às câmaras de compensação, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, e R$ 7.628 estão vinculados em garantias Banco Safra e R$ 429.885 em garantias com operações BB Previdência.

A carteira é composta majoritariamente por Títulos Públicos Federais, caracterizados como ativos de alta liquidez e risco soberano. Esses ativos são suficientes para cobrir as obrigações líquidas de Curto Prazo. A entidade adota política prudente de gestão de liquidez, conforme Nota Explicativa nº 26.a.

O Custo e o Valor Justo dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários, por vencimento, são os seguintes:

	30.06.2025	
	Custo	Valor justo
Circulante	**1.725.959**	**1.686.349**
Sem Vencimento	100.290	64.295
Até um ano	1.625.669	1.622.054
Não Circulante	**20.382.176**	**19.912.842**
De um a cinco anos	14.384.130	14.317.885
De cinco a dez anos	5.492.242	5.223.722
Acima de dez anos	505.804	371.235
Total	**22.108.135**	**21.599.191**

c) Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo

	30.06.2025		
	Nível 1	Nível 2	Valor contábil/ Valor Justo
Ativos financeiros			
Ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**19.924.528**	**1.663.140**	**21.587.668**
Debêntures	124.314	23.392	147.706
Letras Financeiras	-	1.577.018	1.577.018
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	61.753	61.753
Cotas de Fundo Referenciado	-	977	977
Notas do Tesouro Nacional	1.281.658	-	1.281.658
Letras do Tesouro Nacional	48.193	-	48.193
Letras Financeiras do Tesouro	18.468.798	-	18.468.798
Ações	1.565	-	1.565
Designados ao Valor Justo por Meio de Outros Res. Abrangentes	-	**11.523**	**11.523**
Cotas de Fundo em Direitos Creditórios	-	11.523	11.523
Total (nota n° 6.b)	**19.924.528**	**1.674.663**	**21.599.191**

7. Operações de Crédito

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito

As Operações de Crédito têm como objetivo coletar os fluxos de caixa contratuais e estão classificadas a Custo Amortizado com a seguinte composição:

	30.06.2025							
	Estágio 1	Provisão Estágio 1	Estágio 2	Provisão Estágio 2	Estágio 3	Provisão Estágio 3	Total de Estágios	Total de Provisão
Operações de Crédito								
Empréstimos	3.191.889	17.299	378.303	22.248	666.880	520.066	4.237.072	559.613
Financiamentos	11.023.646	27.940	487.731	9.030	355.914	287.689	11.867.291	324.659
Financiamentos Rurais	13.201.735	4.968	4.424.577	17.641	1.484.526	1.255.376	19.110.838	1.277.985
Subtotal	**27.417.270**	**50.207**	**5.290.611**	**48.919**	**2.507.320**	**2.063.131**	**35.215.201**	**2.162.257**
Adiantamento de Contrato de Câmbio (*)	20.641	114	23.433	1.611	9.319	7.777	53.393	9.502
Total	**27.437.911**	**50.321**	**5.314.044**	**50.530**	**2.516.639**	**2.070.908**	**35.268.594**	**2.171.759**

(*) Com vencimento no Curto Prazo.

a.1) Por Vencimento

	30.06.2025
Vencidas até 90 dias	839.992
Vencidas a partir de 91 dias	1.092.384
A vencer até 3 meses	2.368.335
A vencer de 3 a 12 meses	5.137.183
A vencer acima de 1 ano	25.777.307
Total da carteira	**35.215.201**

a.2) Por Concentração

	30.06.2025	% Carteira
Maior devedor	802.399	2,3%
10 maiores devedores	3.846.248	10,9%
50 maiores devedores	5.523.807	15,7%
100 maiores devedores	4.106.795	11,7%
Demais devedores	20.935.952	59,4%
Total	**35.215.201**	**100,0%**

b) Rendas de Operações de Crédito

Operações de Crédito	30.06.2025
Empréstimos	306.876
Financiamentos	579.179
Financiamentos rurais	705.430
Total (nota nº 17)	**1.591.485**

c) Baixa de Operações de Crédito

Neste período não houve operações baixadas.

d) Operações Renegociadas e Recuperadas

	1º Semestre/2025
Renegociadas (*)	**657.046**
Carteira Comercial	11.327
Carteira de Fomento	645.719
Recuperadas	**27.012**
Carteira Comercial	11.502
Carteira de Fomento	15.510

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

8. Perda Esperada para Ativos Financeiros

a) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas para Ativos Financeiros

	Saldos em 01.01.2025	Constituição	Reversão	Saldos em 30.06.2025
Operações de crédito	**1.695.411**	**645.975**	**(169.627)**	**2.171.759**
Empréstimos	381.153	198.285	(19.825)	559.613
Financiamentos	209.638	163.056	(48.035)	324.659
Financiamentos Rurais	1.102.162	275.996	(100.173)	1.277.985
Câmbio	2.458	8.638	(1.594)	9.502
Repasses/Relações Interfinanceiros	**260**	**487**	**(379)**	**368**
TVM	**47.634**	**46.563**	**(6.314)**	**87.883**
Compromissos de crédito e Créditos a Liberar	**31.174**	**14.321**	**(3.241)**	**42.254**
Total	**1.774.479**	**707.346**	**(179.561)**	**2.302.264**

b) Despesas com Perdas Esperadas para Ativos Financeiros (Líquidas)

	1º Semestre/2025
Provisão sobre Operações de Crédito	(645.975)
TVM	(46.563)
Relações/ Repasses Interfinanceiros	(487)
Compromissos de crédito	(14.321)
Reversão - Operações de Crédito	169.627
Reversão - TVM, exceto Derivativo	6.314
Reversão - Relações/ Repasses Interfinanceiros	379
Reversão - Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	3.241
Total	**(527.785)**

9. Instrumentos Financeiros Derivativos e *Hedge* Contábil

Abaixo estão demonstrados os valores da operação de proteção do risco determinado por tipo de instrumento, valor do ativo, valor do passivo e valor justo, instrumento financeiro e MTM registrado nos outros resultados abrangentes:

30.06 2025					
Fator de Risco	Instrumento Financeiro Nacional	Passivo	Instrumento Financeiro	Valor Justo	MtM
Swap de Moeda EUR	235.831	238.874	866	(11.120)	11.986

	30.06.2025					
	Instrumento de *Hedge*					Objeto de *Hedge*
	Valor Nominal	Custo Atualizado	Valor Justo	Ajuste ao Valor Justo no PL (Bruto dos Efeitos Fiscais)	Ajuste ao Valor Justo no PL (Líq Efeitos Fiscais)	Valor Contábil
Hedge de Captações	237.536	(866)	(11.120)	(10.254)	(5.640)	238.874

Hedge de Captações	30.06.2025						
Prazos	0-1 Ano	1-2 Anos	2-3 Anos	3-4 Anos	4-5 Anos	5-10 Anos	Total
Valor Nominal	-	-	16.967	33.934	33.934	152.701	237.536
Valor Justo	(16.579)	(20.422)	(14.283)	(4.840)	700	44.304	(11.120)

	30.06.2025		
	Nível 1	Nível 2	Valor contábil/ Valor Justo
Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo			
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	11.120	11.120

10. Outros Ativos Financeiros

	30.06.2025
Relações Interfinanceiras	598.226
Rendas a Receber	66.359
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.c) (*)	51.573
Títulos e Créditos a Receber Sem Característica de Concessão de Crédito	960
Pagamentos a Ressarcir	30.196
Devedores Diversos	39.432
Outros Valores e Bens	29.781
Despesas Antecipadas	1.035
Total	**817.562**

(*) Foi constituída uma provisão de R$ 25.114 relativa depósitos recursais baixados em outras instituições financeiras.

11. Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado

	30.06.2025
Imóveis de Uso	**109.932**
Terrenos	15.399
Edificações	94.533
Outras Imobilizações de Uso	**308.513**
Móveis e Equipamentos em Estoque	746
Imobilizações em Curso	25.554
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	84.934
Instalações	11.979
Móveis e Equipamentos de Uso	72.955
Outras	197.279
Sistema de Comunicação	6.548
Sistema de Processamento de Dados	177.092
Sistema de Segurança	13.521
Outros Imobilizados de Uso	75
Obras de Arte	43
Imobilizado de Uso	**418.445**
(-) Depreciações Acumuladas	**(295.352)**
Total	**123.093**

b) Intangível

	30.06.2025
Sistemas de Processamento de Dados	319.075
Sistemas de Comunicação e de Segurança	24.855
Marcas	125
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	52.993
Outros Ativos Intangíveis	42.161
Intangíveis	**439.209**
(-) Amortização Acumulada	**(320.433)**
Total	**118.776**

c) Movimentação do Imobilizado de Uso e Intangível no Período

	Saldos em 01.01.2025	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Transferências	Saldos em 30.06.2025
Imobilizado de Uso	106.991	25.399	(6)	(9.334)	43	123.093
Intangível	100.530	29.165	-	(10.919)	-	118.776
Total	**207.521**	**54.564**	**(6)**	**(20.253)**	**43**	**241.869**

d) Índice de Imobilização

A Resolução CMN n° 4.957/2021 estabeleceu o limite de 50% do patrimônio de referência ajustado para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2025
Limite para Imobilização	3.558.773
(-) Situação para o Limite de Imobilização	(123.093)
Margem	3.435.680
Índice de Imobilização	1,7%

12. Passivos a Custo Amortizado

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	04 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.06.2025
À Vista[1]	**2.413.735**	**-**	**-**	**2.413.735**
Poupança	**778.854**	**-**	**-**	**778.854**
Interfinanceiros	**472.298**	**-**	**-**	**472.298**
A Prazo	**894.331**	**1.634.013**	**7.287.263**	**9.815.607**
A prazo	241.179	1.199.703	1.703.271	3.144.153
Judiciais com Remuneração	83.504	-	-	83.504
Especiais com Remuneração	569.648	434.310	5.583.992	6.587.950
Sudam[2]	186.133	434.310	5.583.992	6.204.435
Finam[3]	335.494	-	-	335.494
Outros	48.021	-	-	48.021
Total	**4.559.218**	**1.634.013**	**7.287.263**	**13.480.494**

[1] Classificados no prazo de até três meses, sem considerar a média histórica do giro.

[2] Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, conforme art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

[3] Refere-se ao Fundo de Investimento da Amazônia, benefício fiscal operado pelo Banco da Amazônia, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 18.

b) Captações no Mercado Aberto e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

Não houve registro de Captações no Mercado Aberto pertencentes à carteira própria do Banco em 30/06/2025.

As Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio totalizaram R$ 1.081.209 no período.

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015. Tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes. Em 30/06/2025, a taxa média das captações é de 95,7% do CDI.

c) Obrigações por Empréstimos

Os Empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de junho de 2025 é de R$ 51.395, com vencimento no Curto Prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 6,1% a.a. e variação cambial da moeda a que estão vinculados (Dólares Norte-Americanos), com vencimento no Curto Prazo.

d) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

d.1) Classificação por Encargos Financeiros e Prazo de Liquidação

	30.06.2025		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	2,0	8.600
BNDES Industrial	3,0	8,0	162.158
BNDES Rural	3,2	3,7	93.915
BNDES Comércio	4,3	7,5	25.006
BNDES Serviços	3,5	2,6	91
FINAME Industrial	7,6	7,4	2.874
FINAME Rural	6,4	1,6	4.798
FINAME Comércio	4,3	6,7	5.679
FINAME Serviços	2,2	2,1	14.962
FUNGETUR [*]	5,1	2,7	47.383
STN OGU	0,5	0,1	191
Total			**365.657**

[*] O Banco opera os recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, em conformidade com a Portaria MTur nº 666/2020 e tendo por finalidade o fomento e a provisão de recursos para o financiamento de empreendimentos turísticos considerados de interesse ao desenvolvimento do turismo nacional. O recurso é atualizado monetariamente com base na variação da taxa Selic e INPC.

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças ou outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota n° 27.a.

d.2) Classificação por Faixa de Vencimento

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	355	660	989	1.979	4.617	-	-	8.600
BNDES Industrial	1.437	1.990	995	7.959	22.956	22.714	104.107	162.158
BNDES Rural	-	-	-	127	44.463	37.837	11.488	93.915
BNDES Comércio	440	1.027	394	3.308	7.487	5.809	6.541	25.006
BNDES Serviços	3	9	4	30	45	-	-	91
FINAME Industrial	2	20	1	1	1.079	1.079	692	2.874
FINAME Rural	-	1.132	18	465	-	-	3.183	4.798
FINAME Comércio	33	45	49	288	1.893	1.590	1.781	5.679
FINAME Serviços	80	405	33	497	4.929	4.815	4.203	14.962
FUNGETUR	7.478	1.773	2.950	5.928	22.624	5.370	1.260	47.383
STN OGU(*)	71	120	-	-	-	-	-	191
Total 30.06.2025	**9.899**	**7.181**	**5.433**	**20.582**	**110.093**	**79.214**	**133.255**	**365.657**
Circulante								43.095
Não Circulante								322.562

(*) Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R$ 191.

e) Obrigações por Repasses do Exterior

	30.06.2025
AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento – Disponível (*)	238.874
Total	**238.874**
Circulante	3.985
Não Circulante	234.889

(*) Captação em 20/05/2025 no valor de R$ 235.831, com amortizações semestrais e carência de principal pelo período de 03 anos e vencimento da última parcela em julho de 2034. O reconhecimento de juros do financiamento do período correspondeu a R$ 299 e a variação cambial do financiamento totalizou R$ 2.109. Para proteção contra variação cambial, foram contratados derivativos de hedge conforme descrito na nota nº 9.

f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	Até 12 meses	Acima 12 meses	Saldo em 30.06.2025
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) (*) (notas n°s 20 e 23.b.1)	12.363.156	20.755.183	33.118.339
Marinha Mercante (FMM) (notas n°s 21 e 23.b.1)	12.844	34.725	47.569
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (notas n°s 19 e 23.b.1)	13.995	37.839	51.834
Outros	50	28	78
Total	**12.390.045**	**20.827.775**	**33.217.820**

(*) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa Selic, conforme definições da Lei Ordinária nº 14.227 de 20 de outubro de 2021 (nota n° 20), não apresentando vencimento.

g) Outros Passivos Financeiros

	30.06.2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	**6.469**
Sociais e Estatutárias	**4.852**
Remuneração do Capital a Pagar (*)	2.099
Provisão para Participação nos Lucros	2.753
Total	**11.321**
Circulante	11.321
Não Circulante	-

(*) Valor referente a Dividendos/JCP de exercícios anteriores, em conformidade com o prazo de prescrição constante da Lei nº 6.404/1976, art. 287, inciso II alínea a.

13. Outros Passivos

	30.06.2025
Relações Interdependências	**1.256**
Credores Diversos – País	**107.088**
Imobilizações	3.818
Parcelas de Operações de Crédito- Securitização	1.345
Recebimento de Recursos para Aval	27.908
Levantamento de Depósitos Recursais (nota n° 14.c)	20.349
Demais	53.668
Total	**108.344**
Circulante	108.344
Não Circulante	-

14. Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Provisão para Perda Esperada	30.06.2025
Compromisso de Empréstimos	42.254
Provisão para Perda Esperada com Compromissos de Crédito	339
Provisão para Perda Esperada com Créditos a Liberar	41.915
Garantias Financeiras Prestadas (nota nº 14.a)	1.626.787
Total	**1.669.041**

Provisão Atuarial	30.06.2025
Planos Saldados	**256.352**
Plano BD	239.360
Plano Misto	16.992
Passivos Atuariais	**1.045.692**
BD Liquidado	650.916
Misto Liquidado	33.148
Assistidos pelo Banco	33.439
Auxílio Saúde	328.189
Total (notas n°s 23.b.1 e 25)	**1.302.044**

Provisões Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras	30.06.2025
Provisões Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	127.860
Ações Trabalhistas (Indenizações)	84.684
Ações Cíveis (*)	40.445
Ações Fiscais	2.731
Outras Provisões	268.205
Ações Trabalhistas CAPAF	1.070
Provisão para Pagamentos a Efetuar de Pessoal	90.239
Provisão para Pagamentos a Efetuar Administrativo	102.722
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	64.343
Diversas	9.831
Total	**396.065**

(*) Dentre as ações judiciais cíveis, encontram-se as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão de fundos de investimentos é de R$ 3.191.

a) Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Saldos em 01.01.2025	Complemento Provisões	Pagto de Perdas	Reversões	Saldos em 30.06.2025
Risco FNO Rural (nota nº 20)	826.417	82.293	(70.451)	-	838.259
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	777.076	87.156	(60.464)	(42.761)	761.007
FDA (nota nº 19)	21.989	8.324	(1.208)	(1.898)	27.207
SEC 1 (cessão de crédito – Lei 9.138/1995) (*)	306	12	(14)	-	304
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia (Fider)	8	2	-	-	10
Total	**1.625.796**	**177.787**	**(132.137)**	**(44.659)**	**1.626.787**

(*) Cessão de Crédito – Lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 – Securitização 1 – de responsabilidade do Banco. O saldo dessas operações encontra-se registrado na conta "Retenção de risco em cessões de crédito – Operação baixada" do grupamento de compensação. Em 30 de junho de 2025, o montante corresponde a R$ 2.153.

b) Provisões Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

b.1) Movimentação das Provisões Classificadas como Perda Provável

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 01.01.2025	**73.271**	**43.177**	**2.693**	**119.141**
Adições	38.263	5.757	38	44.058
Baixa por pagamento	(19.910)	(4.291)	-	(24.201)
Reversão da provisão	(6.940)	(4.198)	-	(11.138)
Saldos em 30.06.2025 (nota n° 14)	**84.684**	**40.445**	**2.731**	**127.860**

b.2) Cronograma Esperado de Desembolsos das Provisões

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Total
Até 5 anos	58.562	16.226	2.506	77.294
De 5 anos a 10 anos	18.266	11.569	99	29.934
Acima de 10 anos	7.856	12.650	126	20.632
Total	**84.684**	**40.445**	**2.731**	**127.860**

O cenário composto pela imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como, a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

b.3) Provisões Classificadas como Perda Possível

Provisões de Causas – Possíveis	30.06.2025
Fiscais	35.664
Trabalhistas	50.151
Cíveis	937.003
CAPAF	411
Total	**1.023.229**

Dentre as demandas judiciais possíveis, as causas cíveis, estão compostas pelos processos classificados a seguir:

Causas Cíveis – Possíveis	30.06.2025
Anulação de Contrato	5.325
Cotas Finam	26.768
Danos Morais e Materiais	142.092
Debêntures do Finam	5.615
Exclusão de Restritivos	7.531
Sucumbências	434.918
Inexistência de Débitos	24.568
Revisional	284.615
Outras	5.571
Total	**937.003**

c) Depósitos Recursais

Os Levantamentos de Depósitos Recursais alcançaram o montante de R$ 20.349 e estão registrados na rubrica “Outros Passivos” (nota n° 13).

Os depósitos para interposição de recursos estão registrados em “Devedores por Depósito em Garantia” e são compostos por:

	30.06.2025
Demandas Trabalhistas	75.568
(-) Provisão p/Devedores Depósitos Recursais	(25.114)
Demandas Fiscais	348
Demandas Cíveis	771
Total (nota n° 10)	**51.573**

15. Patrimônio Líquido

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	30.06.2025
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	7.028.044
Valor Patrimonial por ação (R$) (1)	125,37
Valor de Mercado por ação (R$) (2)	74,41

(1) Calculado com base no patrimônio líquido do Banco da Amazônia S.A.
(2) Cotação de fechamento do mês, conforme B3 - Brasil, Bolsa e Balcão.

b) Capital Social

Em 30 de junho de 2025, conforme estatuto social, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 3.654.918 e está representado por 56.058.315 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	30.06.2025
Acionistas domiciliados no país	56.048.741
Acionistas domiciliados no exterior	9.574
Total	**56.058.315**

A participação acionária no capital do Banco está assim distribuída:

	30.06.2025	
	Ações	**% Total**
União	**54.379.976**	**97,0**
Administração Direta – Ministério da Fazenda	41.098.862	73,3
Administração Indireta	13.281.114	23,7
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de Investimento Multimercado	10.427.301	18,6
BB FGO - Fundo Investimento em Ações	2.853.813	5,1
Em Circulação	**1.678.339**	**3,0**
Total	**56.058.315**	**100,0**

c) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R$ 15.985 referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R$ 303, decorrentes de depreciação. Conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de Capital e de Lucros

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período é destinado, no mínimo, 80% do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das reservas de capital e de lucros:

	30.06.2025
Reservas de Capital	2.253
Reservas de Lucros	3.755.941
Legal	402.355
Estatutária	3.268.413
Especial para Dividendos não Distribuídos	85.173

e) Lucro por Ação

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade de ações ordinárias em circulação, conforme quadro a seguir:

	1º Semestre/2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas	575.159
Quantidade de ações (em unidades)	56.058.315
Lucro por ação básico (R$)	10,26001

f) Ajuste de Avaliação Patrimonial

São registrados os ganhos ou as perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.06.2025
Ajuste de Avaliação Patrimonial	**(401.053)**
Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA	(216.182)
Hedge de Fluxo de Caixa (nota n° 9)	(5.640)
Ajustes de Avaliação Atuarial	(179.231)

g) Destinação do lucro líquido

	30.06.2025
Lucro Líquido	575.159
Reserva Legal (5% s/lucro líquido)	(28.758)
Saldo após a Reserva Legal	546.401
Realização da Reserva de Reavaliação	303
Saldo após Reservas	546.704
Reconhecimento dos efeitos da Resolução CMN nº 4.966/2021	(206.013)
Base de cálculo para distribuição	340.691
Dividendos provisionados (25% da base de cálculo)	(85.173)
Reserva Estatutária	(255.518)

16. Tributos

a) Provisões constituídas

Neste período o Banco apurou lucro tributável e base positiva de Contribuição Social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	1º Semestre/2025	
	I R	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**699.901**	**699.901**
Exclusões Líquidas Caráter Permanente (*)	(904.721)	(904.721)
Adições líquidas caráter temporário	570.883	570.883
Lucro tributável antes compensações	**366.063**	**366.063**
Alíquotas	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	**54.910**	**73.213**
Adicional de imposto de renda (10%)	36.594	-
Incentivos	(3.338)	-
Valores devidos	**88.166**	**73.213**
Realização reserva reavaliação e diferido s/MTM	(138)	(110)
Valores registrados em resultado antes ativação	**88.028**	**73.103**
Crédito tributário s/diferenças temporárias	(20.216)	(16.173)
Valores efetivamente registrados no resultado	**67.812**	**56.930**
% despesa efetiva em relação ao lucro antes IRPJ/CSLL	9,7	8,1

(*) Exclusões permanentes são registros que se apresentam definitivos na base de cálculo, permanecendo até o final do período fiscal.

b) Origem dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Banco registra como ativo fiscal diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias dedutíveis, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei n° 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco adotou o modelo de perda esperada para o cálculo de provisões para créditos de liquidação duvidosa, o que impactou o reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

A Lei nº 14.467/2022, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, estabeleceu que as perdas incorridas em operações

inadimplidas (atraso superior a 90 dias) fossem deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no mesmo exercício fiscal, reduzindo a geração de novos ativos fiscais diferidos.

Relativamente aos planos de Benefícios Saldados, a atualização financeira dos contratos, que é registrada no resultado do Banco, está sendo ativada considerando a previsão de realização nos próximos 10 anos e calculada pelo atuário do Banco.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Resolução CVM nº 110/2022, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos planos de benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BACEN nº 2/2020.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

c) Movimentação dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As provisões que serviram de base para constituição dos respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no patrimônio líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de junho de 2025:

	01.01.2025	Constituição	Realizado	30.06.2025
Imposto de renda				
Provisão trabalhista	76.542	38.267	29.055	85.754
Provisão para risco de crédito	2.755.458	269.898	196.359	2.828.997
Auxílio pós-emprego/Planos Saldados	313.516	16.965	253.039	77.442
Desv. marcação a mercado–Título disponível p/ venda	490.697	-	47.966	442.731
Provisão para passivos legais e judiciais	42.660	5.533	8.209	39.984
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	1.614	3.939	161	5.392
Provisão para perdas de créditos a liberar	31.175	14.321	3.241	42.255
Provisão TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez	53.486	46.231	6.194	93.523
MTM - Hedge AFD	-	10.254	-	10.254
Outras provisões	114.183	21.242	763	134.662
Base de cálculo	**3.879.331**	**426.650**	**544.987**	**3.760.994**
Imposto de renda diferido (25%)	**969.833**	**106.663**	**136.247**	**940.249**
Contribuição social				
Provisão trabalhista	76.542	38.267	29.055	85.754
Provisão para risco de crédito	2.755.458	269.898	196.359	2.828.997
Auxílio pós-emprego/Planos Saldados	313.516	16.965	253.039	77.442
Desv. marcação a mercado – Título disponível p/ venda	490.697	-	47.965	442.732
Provisão para passivos legais e judiciais	42.660	5.533	8.209	39.984
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	1.614	3.939	161	5.392
Provisão para perdas de créditos a liberar	31.175	14.321	3.241	42.255
Provisão TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez	53.486	46.231	6.194	93.523
MTM - Hedge AFD	-	10.254	-	10.254
Outras provisões	107.151	21.242	763	127.630
Base de cálculo	**3.872.299**	**426.650**	**544.986**	**3.753.963**
Contribuição social diferida (20%)	**774.460**	**85.330**	**108.997**	**750.793**
Total do crédito tributário	**1.744.293**	**191.993**	**245.244**	**1.691.042**

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente quanto ao seu incremento, reversão ou manutenção, com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme demonstrado no estudo técnico, em consonância com as diretrizes do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, especialmente conforme a Resolução CMN nº 4.842/2020 e a Resolução BACEN nº 2/2020.

A partir de janeiro de 2025, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco passou a adotar o modelo de perda esperada na mensuração das provisões para perdas com ativos financeiros, o que impacta a base de constituição de créditos tributários diferidos. Ainda, conforme a Lei nº 14.467/2022, as perdas incorridas em operações inadimplidas por mais de 90 dias são dedutíveis para fins de IRPJ e CSLL, podendo reduzir a constituição de novos ativos fiscais diferidos.

Os créditos tributários são classificados como realizáveis a longo prazo, conforme previsto na Resolução BACEN nº 2/2020, considerando-se sua expectativa de realização no prazo máximo de até 10 anos.

d) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Créditos tributários	2025	2026	2027	2028	2029	De 2030 a 2034	Total
Crédito tributário de I.R	74.182	58.980	55.387	51.370	50.623	649.707	**940.249**
Crédito tributário de C. Social	59.346	47.184	44.309	41.096	40.498	518.360	**750.793**
Total – valores nominais	**133.528**	**106.164**	**99.696**	**92.466**	**91.121**	**1.168.067**	**1.691.042**
Índice acumulado a.a (%)	1,15	1,31	1,46	1,61	1,75	-	-
Valor presente destes ativos	116.618	81.103	68.098	57.611	52.129	**-**	**-**

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos cinco anos.

e) Créditos Tributários não Ativados

Ao final do semestre, o Banco apresenta Créditos Tributários não Ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R$ 837.858.

Esses créditos tributários não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os dez anos, conforme definido no estudo técnico como critério para ativação.

Origem dos Créditos Tributários não ativados:

	30.06.2025
Provisão FNO	486.400
Provisão auxílio pós-emprego	1.122.034
Provisão ativos atuariais – CAPAF	210.336
Outras provisões	44.004
Total das provisões	**1.862.774**
Créditos tributários (CSLL) [(1)]	372.556
Créditos tributários (IRPJ) [(2)]	465.303
Total créditos tributários não ativados (IRPJ e CSLL)	**837.858**

[(1)] CSLL - alíquota de 20% a partir de março/2020.
[(2)] IRPJ - alíquota de 25%. Para efeito de cálculo do crédito tributário não ativado de IRPJ foi desconsiderado o saldo de R$ 1.560 de acordo com o artigo nº 510 do Decreto nº 9.580/2018.

Em 30 de junho de 2025 o Banco não apresentou estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

f) Impostos e Contribuições a Compensar

Em 30 de junho 2025, os “Impostos e Contribuições a Compensar” alcançaram o montante de R$ 18.396 e estão registrados na conta “Ativos Fiscais”.

g) Obrigações Fiscais

	30.06.2025
Correntes	107.604
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	62.943
Impostos e Contribuições a Recolher	44.661
Diferidos [(*)]	15.697
Total	**123.301**
Circulante	45.145
Não Circulante	78.156

[(*)] É registrado neste item o valor proveniente de crédito diferido sobre marcação a mercado e reavaliação.

17. Desdobramento das Principais Contas de Resultado

	1º Semestre/2025
Receitas da Intermediação Financeira	**3.010.282**
Operações de Crédito	**1.627.482**
Rendas de Operações de Crédito (nota nº 7.b)	1.591.485
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	27.027
Rendas de Repasses Interfinanceiros	8.970
Resultado de Operações com TVM	**1.381.132**
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	84.732
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.284.316
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	195
Lucros com Título de Renda Fixa (*)	12.848
Despesas em operações com derivativos	(866)
Outras despesas operacionais – TVM – Cotas fundos mútuos renda fixa	(93)
Rendas outras Operações com Características de Crédito	1.668
Despesas da Intermediação Financeira	**(2.103.579)**
Captações no Mercado Aberto	(720.218)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.383.361)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(21.102)
Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(1.362.259)
Perdas Esperadas para Ativos financeiros (Líquidas)	**(527.785)**
Variações Cambiais (Líquidas)	**(7.879)**
Resultado Líquido	**371.039**

(*) Valor decorrente da alienação de títulos públicos.

a) Variações Cambiais (Líquidas)

	1º Semestre/2025
Receitas de Ajustes de Variação Cambial	**15.817**
Outros Ativos Financeiros - Variação e Diferença de Taxas	7.136
Outros Passivos Financeiros – Câmbio	8.681
Despesas de Ajustes de Variação Cambial	**(23.696)**
Outros Ativos Financeiros - Variação e Diferença de Taxas	(18.108)
Obrigações por Empréstimos e Repasses – AFD	(1.821)
Outros Passivos Financeiros – Câmbio	(3.767)
Total	**(7.879)**

b) Receitas de Prestação de Serviços

	1º Semestre/2025
Cobrança e Custódia	1.163
Comissões Comerciais e Sobre Serviços	33.928
Outros Serviços	1.957
Administração de Fundos Sociais e Programas Governamentais (nota n° 23.b.2)	237.698
Total	**274.746**

c) Receitas de Tarifas Bancárias e Comissões

	1º Semestre/2025
Tarifas Pessoa Física	84.729
Tarifas Pessoa Jurídica	62.846
Comissões em Comercialização/Serviços de Seguros, Previdência e Capitalização	4.317
Total	**151.892**

d) Despesas com Pessoal

	1º Semestre/2025
Honorários (nota n° 23.a)	(3.418)
Benefícios	(51.667)
Encargos sociais	(99.376)
Proventos	(228.050)
Treinamento	(3.623)
Remuneração de estagiários	(1.678)
Total	**(387.812)**

e) Despesas Administrativas

	1º Semestre/2025
Água, energia e gás	(6.586)
Aluguéis	(11.538)
Processamento de dados	(53.424)
Comunicações	(10.986)
Manutenção e conservação de bens	(10.440)
Serviços de terceiros	(44.328)
Vigilância e segurança	(18.699)
Serviços do sistema financeiro	(12.798)
Promoções e relações públicas	(18.316)
Serviços técnicos especializados	(44.638)
Transporte	(7.380)
Viagens	(8.644)
Demais despesas administrativas	(9.013)
Total	**(256.790)**

f) Despesas Tributárias

	1º Semestre/2025
ISS	(7.840)
COFINS	(66.641)
PIS/PASEP	(10.829)
Demais tributos	(4.120)
Total	**(89.430)**

g) Demais Receitas (Despesas) Operacionais e Despesas de Provisão

Demais receitas operacionais	1º Semestre/2025
Reversão de provisões passivas não associadas ao risco de crédito	13.923
Contingenciais	13.342
Reversão de outras provisões operacionais	581
Rendas de d*el credere* – FDA	1.885
Receita variação taxas - FMM	6.827
Receita variação taxa câmbio	7.218
Multas – operações crédito geral	1.501
Rendas s/depósito compulsório	5.718
Rendas de atualização Selic sobre tributos a compensar	772
Atualização de devoluções judiciais trabalhistas	2.877
Demais	299
Total	**41.020**

Demais despesas operacionais	1º Semestre/2025
Pagamento de causas [1]	(8.969)
Cumprimento decisões judiciais trabalhistas	(313)
Outras Despesas s/câmbio – financeiro	(543)
Despesas s/ Saldos Credores do INSS	(468)
Despesas de Variação de Taxas	(1.086)
Despesas de Variação de Taxas – FMM	(6.061)
Despesas - Pag. de Benefícios/Pensões – INSS	(703)
Dividendos a pagar e juros sobre capital	(18.710)
Despesas de Grade de Perdas Operacionais	(20.682)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(3.972)
Outras Despesas Operacionais – Diversas	(3.524)
Total	**(65.031)**

[1] Referem-se às diferenças em pagamentos judiciais decorrentes em grande parte de: atualização monetária, utilização da metodologia de perda média para o grupo massificado de ações (que se compensa com reversões verificadas no mesmo grupo) e alteração no índice de correção do passivo trabalhista. Destaque para o pagamento de execuções trabalhistas (R$ 7.509).

Despesas de Provisão	1º Semestre/2025
Garantia Financeira Prestada (Líquida)	**(133.128)**
FNO (notas n°s 20 e 23.b.2)	(126.688)
FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	(6.426)
SEC 1 (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	(12)
FIDER – Fundo de Investimento e Desenvolvimento do Estado Rondônia	(2)
Passivo atuarial	**(159.541)**
Atualização Benefícios Pós-Emprego-BD e Misto Liquidados (nota nº 23.b.2)	(121.287)
Pós Emprego Assistidos/Auxílio Saúde (nota nº 23.b.2)	(38.254)
Contingenciais	**(57.781)**
Demandas judiciais	(44.062)
Trabalhistas	(38.263)
Fiscais	(38)
Cíveis	(5.757)
CAPAF	(4)
Saldados (nota nº 25.e)	(13.719)
Plano de Benefício Definido (PBD)	(12.756)
Plano Misto de Benefício (PMB)	(963)
Total	**(350.450)**

h) Resultado não Operacional

O Banco apresentou resultando não operacional de R$ 492, sendo R$ 637 de Receitas não Operacionais e (R$ 145) de Despesas não Operacionais.

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM foi criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974. É um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e instituído com a missão de assegurar os recursos necessários para os projetos considerados de interesse para a Amazônia Legal. O Banco, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. No Banco, encontram-se registros relacionados a:

	1º Semestre/2025
Rendas de Administração do FINAM (*)	4.326

(*) A taxa de administração corresponde a 3% sobre 70% do PL do fundo.

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do fundo. No atual estágio dos processos, estão classificados como de perda possível, com divulgação na nota nº 14.b.3, como parte das causas cíveis.

Em atendimento à Lei nº 14.165/2021, que definiu as diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos, e à Portaria do Ministério da Integração de Desenvolvimento Regional (MIDR) n° 2.896/2022, revogada pela Portaria MIDR nº 1.376/2023, alterada em alguns dispositivos pela Portaria nº 336/2025, que estabelece os procedimentos, as metas e o prazo para o desinvestimento, a liquidação e o encerramento do FINAM, o Banco, como operador, iniciou os procedimentos para recompra de cotas estabelecidos pelo MIDR.

As ofertas de recompra de cotas estão sendo operacionalizadas pelos Bancos Operadores, por meio de Leilões de Compra, na B3 S/A-Brasil, Bolsa e Balcão, por intermédio de Corretoras de Valores Mobiliários credenciadas. A recompra de cotas poderá ocorrer até dezembro de 2028, data estabelecida para a liquidação e encerramento definitivo desses Fundos.

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo é regulamentado pelos Decretos nºs 4.254/2002 e 10.053/2019. O Banco é agente operador na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e para contratação de operações de crédito por repasse. Como agente operador, verificam-se no Banco os seguintes saldos:

	30.06.2025
Del credere (1)	31.489
Risco da provisão (2) (nota n° 14.a)	27.207
Repasses do tesouro (3) (notas n°s 12.f e 23.b.1)	51.834

(1) Está registrado em "Rendas a receber". A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.
(2) Calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 4.966/2021 e registrado em "Provisão para garantias financeiras prestadas".
(3) Estão registrados em "Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

Conforme o Decreto nº 4.254/2002, em 30 de junho de 2025 não ocorreram liberações, com isso, não gerou taxa de administração. As despesas e reversões provenientes da provisão de risco de operações - FDA estão apresentadas a seguir:

	1º Semestre/2025
Despesa de provisão risco de operações - FDA – Perda Esperada	(8.324)
Reversão de provisão risco de operações – FDA	1.898

A Resolução CMN nº 4.960/2021 define critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras nos financiamentos concedidos com recursos do FDA.

20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O FNO é um fundo do Governo Federal para fomentar o desenvolvimento econômico e social da Região Norte. O Banco na qualidade de instituição financeira federal de caráter regional é administrador do Fundo, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento, com foco na sustentabilidade e ações econômicas, ambientais, sociais e de governança para redução das desigualdades intra e inter-regionais.

O Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	1º Semestre/2025
Taxa de administração	230.979
FNO	179.145
FNO – PRONAF	51.834
Del credere do FNO (nota n° 23.b.2)	996.489
Recuperação de rendas FNO [1]	25.767
Remuneração do disponível do FNO (nota n° 23.b.2)	(315.020)
Despesa de Provisão - Garantia Financeira Prestada (Líquida) (notas n°s 17.g e 23.b.2)	(126.688)

[1] Do montante apresentado no 1º semestre/2025, R$ 23.526 refere-se às operações baixadas, com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 03/2023 e R$ 2.241 refere-se à recuperação de operações indenizadas.

Como administrador dos recursos do FNO e de acordo com a lei de sua criação – Lei nº 7.827/1989, o Banco faz jus a uma taxa de administração (art. 9-A), a qual é reconhecida como receita mensalmente conforme percentuais estabelecidos sobre o Patrimônio Líquido do FNO (art.17-A), deduzidos os saldos dos recursos desse fundo (art. 4º da Lei nº 9.126/1995), os valores repassados ao banco administrador (§ 11 do art. 9º-A desta lei) e os saldos das operações contratadas (art. 6º-A da Lei nº 10.177/2001).

A partir de 2023, a taxa de administração foi alterada: (i) redução de 0,15% a.m. para 0,125% a.m. e, (ii) limitação a 20% dos repasses do Tesouro Nacional, a título de remuneração aos agentes financeiros das operações contratadas.

No que se refere ao *del credere*, a Lei nº 14.227/2021 estabeleceu, a partir de 1º de janeiro de 2022, nova regra considerando o porte dos clientes. O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei n° 10.177/2001), com risco compartilhado de 50%. Nas operações em que o Banco assume risco 100%, o *del credere* é de 6% a.a. Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufere remuneração, por estar isento de risco.

O patrimônio líquido e disponível do Fundo, provisões e repasses relacionados ao FNO estão apresentados a seguir:

	30.06.2025
Patrimônio Líquido do FNO [1]	56.706.164
Disponível do FNO [2]	5.843.864
Provisão Risco FNO [3] (nota nº 14.a)	1.599.266
Repasses de Recursos para Outras Instituições Financeiras [4]	267.902
Provisão para perdas em repasses (nota nº 8.a)	(368)

[1] Está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.
[2] É remunerado à taxa Selic, segundo definições da Lei Ordinária nº 14.227/2021 e o encargo é registrado no grupo “Despesas de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento”.
[3] É registrada na conta “Provisão para garantias financeiras prestadas" e a despesa correspondente ao risco compartilhado, sendo calculada de acordo com os critérios da Resolução CMN n° 4.966/2021.
[4] Estão registrados em “Devedores por repasse de outros recursos” e o Banco assume risco integral junto ao Fundo.

No 1º semestre de 2025, o Banco procedeu à baixa de R$ 130.915 de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial MIDR/MF n° 03/2023.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo. Neste 1º semestre de 2025, foi devolvido ao fundo o montante de R$ 132.409.

Apresentamos abaixo o quadro da composição da obrigação com os recursos do FNO:

	30.06.2025
Recursos a alocar	5.463.649
Recursos alocados	27.596.253
Taxa de administração	29.871
Outros	28.566
Total (nota nº 12.f e 23.b.1)	**33.118.339**

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO, risco compartilhado e das provisões estão apresentados a seguir

Estágios	30.06.2025	
	Valor das Operações	Provisão Regulamentar
1	16.828.148	6.911
2	1.743.522	5.700
3	3.463.983	1.586.655
Total	**22.035.653**	**1.599.266**
Circulante	5.000.632	362.927
Não Circulante	17.035.021	1.236.339

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério de Portos e Aeroportos, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

	30.06.2025
Recursos Repassados (*) (notas nºs 12.f e 23.b.1)	47.569

(*) Estão registrados no grupo "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" e são atualizados monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a.a.

22. Fundos de Investimentos Financeiros (FIF's)

O Banco administra os Fundos de Investimentos Financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), foram encerrados judicialmente em março/2022.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos. Neste semestre os saldos dos patrimônios líquidos desses Fundos totalizam R$ 79.

23. Partes Relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros Benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	1º Semestre/2025
Honorários	**(2.552)**
Diretoria Executiva	(1.765)
Conselho de Administração	(162)
Conselho Fiscal	(90)
Comitê de Auditoria	(535)
Outras	**(866)**
Encargos Sociais	(456)
Ajuda de Custo	(84)
Auxílios e Benefícios (*)	(326)
Total (nota nº 17.d)	**(3.418)**

(*) Alimentação, Moradia, Creche, Plano de Saúde e Previdência Privada

O Banco não oferece Benefícios Pós-Emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (CAPAF).

b) Transações com Partes Relacionadas

O Banco possui uma Política de transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração (CONSAD) e divulgada ao mercado. A política tem como objetivo consolidar seu compromisso com uma gestão responsável e transparente proporcionando conforto e segurança a seus empregados, acionistas, investidores e ao mercado em geral, demonstrando aderência às normas dos órgãos reguladores e legislação pertinente assim como, às melhores Práticas de Governança Corporativa. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco. Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, a política de transações com Partes Relacionadas dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras Notas Explicativas.

Os recursos aplicados em Títulos Públicos federais estão relacionados na Nota Explicativa n° 6 (Ativos Financeiros – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas Notas Explicativas nºs: 12.d (Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais), 12.f (Fundos Financeiros e de Desenvolvimento), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração (CAPAF) estão descritas na Nota Explicativa n° 25 (Benefícios a Empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas Notas Explicativas nºs 12.d, 12.f, 18, 19, 20 e 21.

b.1) Sumário dos Principais Saldos

	30.06.2025
Ativos	**286**
Operações de Crédito	286
Pessoal-Chave da Administração	286
Passivos	**34.885.531**
Depósitos à Vista	**87**
Pessoal-Chave da Administração	87
Depósitos a Prazo	**1**
Pessoal-Chave da Administração	1
Obrigações por Repasses do País (nota n° 12.d)	**365.657**
Tesouro Nacional	191
BNDES	289.770
FINAME	28.313
FUNGETUR	47.383
Outros Passivos	**34.519.786**
FNO (notas n°s 12.f e 20)	33.118.339
FMM (notas n°s 12.f e 21)	47.569
FDA-Aplicado (notas n°s 12.f e 19)	51.834
Benefícios a Empregados (notas n°s 14 e 25)	1.302.044
Provisão Passivo Atuarial	1.045.692
Provisão Planos Saldados	256.352

b.2) Valores das Principais Receitas e Despesas com Partes Relacionadas no Período

	1º Semestre/2025
Receitas Taxa Administração (nota n° 17.b)	237.698
Receita *Del Credere* do FNO (nota n° 20)	996.489
Despesas com Remuneração Disponível FNO (nota n° 20)	(315.020)
Provisão FNO (risco compartilhado) (nota n° 20)	(126.688)
Despesas Contribuição Patronal – CAPAF (nota nº 25.c)	(9.831)
Liquidados - BD e Misto	(995)
Prev Amazônia - CAPAF	(8.836)
Atualização Ajuste Pós-Emprego-CAPAF	(173.260)
Atualização Benefício Pós-Emprego PBD e PMB (nota nº 17.g)	(121.287)
Despesas Pós-Emprego Assistidos/Auxílio Saúde (nota nº 17.g)	(38.254)
Atualização Planos Saldados (nota nº 17.g)	(13.719)

24. Remuneração Paga aos Empregados e Administradores

a) Remuneração Mensal dos Empregados (em reais) e Outras Informações

Remuneração (*)	30.06.2025
Maior	36.374,06
Menor	3.603,60
Média	11.201,49
Valor Médio dos Benefícios	3.562,83

(*) Inclui despesas vinculadas à remuneração conforme Resolução CGPAR/ME nº 30/2022.

Outras Informações	30.06.2025
Quantidade de Empregados	2.871

A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) observa as orientações e diretrizes determinadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), conforme disposto na Lei nº 10.101/2000 e no Decreto nº 12.102/2024. Possui natureza não salarial, conforme o previsto no Art. 7º da Constituição Federal de 1988, sendo objeto de negociação por meio de acordo coletivo de trabalho. As metas e as apurações dos indicadores são aprovadas pelo Conselho de Administração (CA). A distribuição aos trabalhadores é feita com base no cumprimento dos indicadores, limitando-se a 9,25% do lucro líquido anual. A provisão dos valores relativos à PLR é realizada anualmente, após o encerramento do exercício contábil, e o pagamento ocorre após a aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

b) Remuneração dos Administradores (em reais) e Outras Informações

Remuneração Diretoria Executiva	30.06.2025
Maior	48.593,89
Menor	37.175,58
Média	40.910,54

Remuneração Média dos Conselhos	30.06.2025
Conselho de Administração	4.504,29
Conselho Fiscal	4.289,90

25. Benefícios a Empregados

a) Benefícios Pós-Emprego

Os Benefícios Pós-Emprego ofertados e patrocinados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de Previdência Complementar e Auxílio Saúde, conforme abaixo:

Planos		Modalidades	Administração
a)	Liquidados	Benefício Definido – BD (Elegível - Não Elegível) Misto (Benefício Definido – BD e Contribuição Definida – CD)	CAPAF
	Assistidos pelo Banco	Benefício Definido – BD	CAPAF
	Auxílio Saúde	Plano de Saúde	Banco da Amazônia
b)	Planos Saldados	Benefício Definido – BD Misto (Benefício Definido – BD e Contribuição Definida – CD)	BB Previdência
c)	Prev Amazônia	Contribuição Variável (CV)	BB Previdência

Nº de Participantes	30.06.2025					
	BD Liquidado		Misto Liquidado	Assistidos	Prev Amazônia	Total
	Elegível	Não Elegível				
Ativos	1	60	14	-	1.631	**1.706**
Aposentados	330	132	51	14	111	**638**
Pensionistas	242	35	56	108	8	**449**
Total	**573**	**227**	**121**	**122**	**1.750**	**2.793**

b) Valores Reconhecidos como Obrigação

O cálculo da obrigação do Banco nos Planos de Benefício Definido é atualizado trimestralmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

	30.06.2025
Passivos Atuariais	**1.045.692**
BD Liquidado	650.916
Misto Liquidado	33.148
Assistidos pelo Banco	33.439
Auxílio Saúde	328.189
Planos Saldados	**256.352**
Plano BD	239.360
Plano Misto	16.992
Total (notas nº 14 e 23.b.1)	**1.302.044**

c) Valores Reconhecidos como Cota Patronal

O Banco, como patrocinador, apresenta as seguintes despesas, reconhecidas no resultado do período:

Planos	1º Semestre/2025
Liquidados - BD e Misto	(995)
Prev Amazônia	(8.836)
Total (nota n° 23.b.2)	**(9.831)**

d) Planos Liquidados, Assistidos pelo Banco e Auxílio Saúde

❖ **Planos Liquidados:**

- **BD Liquidado (Elegíveis e Não Elegíveis):** para esse Plano de Benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação Pós-Emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de Previdência Complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Nos Planos BD Liquidados estão contemplados os participantes elegíveis (tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001) e não elegíveis (ainda não haviam completado o tempo exigido por ocasião da referida Lei Complementar). Plano ativo e em extinção (sem novas adesões).
- **Misto Liquidado:** está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Para esse plano de Benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação Pós-Emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de Previdência Complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Plano ativo e em extinção (sem novas adesões).

Os Planos Liquidados abrigam 48% do público-alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação destes a qual foi suspensa por decisão judicial. A CAPAF, administradora desses planos, encontra-se sob intervenção da PREVIC desde 2011. A Portaria nº 161 de 18 de fevereiro de 2025, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, com vigência até 26 de agosto de 2025 para o prazo de intervenção que trata a Portaria nº 777 de 5 de setembro de 2023.

❖ **Assistidos pelo Banco:** trata-se de um plano composto por aposentados de responsabilidade do Banco e está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). Criado antes mesmo da vigência da Lei Complementar nº 109/2001, nesse plano os Benefícios têm valor ou nível previamente estabelecidos, estando fechado a adesões.

❖ **Auxílio Saúde:** trata-se de repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, mediante crédito em folha de pagamento, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, observados os limites estabelecidos e a disponibilidade orçamentária em cada ano. O Programa abrange seus empregados ativos, dirigentes e conselheiros, bem como dos pensionistas e aposentados dos seus quadros funcionais.

d.1) Premissas Atuariais Adotadas

As premissas foram definidas, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

	30.06.2025				
	BD Liquidado		Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde
Premissas Financeiras (a.a %)	Elegível	Não Elegível			
Taxa de Juros de Desconto Atuarial (a.a.) – Nominal	12,7	12,7	12,7	12,9	12,7
Taxa de Juros de Desconto Atuarial (a.a.) – Real	7,2	7,2	7,2	7,3	7,2
Projeção de Aumentos Salariais (a.a.)	5,2	5,2	5,2	N/A	5,2
Projeção de Aumentos dos Benefícios	5,2	5,2	5,2	5,2	2,2
Projeção de Aumentos do Limite e Benefícios do RGPS	5,2	5,2	-	-	-
Taxa de Inflação (a.a.)	5,2	5,2	5,2	5,2	5,2
Expectativa de Retorno dos Ativos do Plano	12,7	12,7	12,7	N/A	N/A
Premissas Demográficas	BD Liquidado		Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde
	Elegível	Não Elegível			
Taxa de Rotatividade	-	1,1%	-	N/A	0,6%
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT 2000 Fem Suavizada em 20%				
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Aposentados	AT 2000 Fem Suavizada em 20%				
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss				
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (*)			N/A	Álvaro Vindas (*)
Tábua de Morbidez	N/A				

(*) Suavizada em 30%.

d.2) Valores Reconhecidos no Resultado e em Outros Resultados Abrangentes

	1º Semestre/2025					
	BD Liquidado		Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Total
	Elegível	Não Elegível				
Custo do Serviço						
Custo do Serviço	-	-	-	-	(15.169)	(15.169)
Custo de Juros Líquidos	(32.462)	(7.351)	(2.577)	(3.246)	(19.839)	(65.475)
Ganhos/(Perdas) de Reduções	-	-	132	-	-	132
Provisão para Planos de Benefícios e Outros Benefícios Pós-Emprego	**(32.462)**	**(7.351)**	**(2.445)**	**(3.246)**	**(35.008)**	**(80.512)**
Remensurações do Plano de Benefício Definido						
Ganhos e Perdas sobre as Contribuições dos Participantes	-	(418)	-	-	-	(418)
Ganhos e Perdas sobre o Ativo	30.060	2.617	3.693	-	-	36.370
Ganhos e Perdas sobre o Passivo	80.256	15.939	4.846	17.584	6.911	125.536
Total dos Componentes Registrados em Outros Resultados Abrangentes	**110.316**	**18.138**	**8.539**	**17.584**	**6.911**	**161.488**
Total dos Componentes de Benefício Definido	**77.854**	**10.787**	**6.094**	**14.338**	**(28.097)**	**80.976**

d.3) Movimentação do (Passivo)/Ativo Reconhecido

	1º Semestre/2025					
	BD Liquidado		Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Total
	Elegível	Não Elegível				
(Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	**(521.132)**	**(116.695)**	**(39.254)**	**(50.771)**	**(306.533)**	**(1.034.385)**
Contribuições do Patrocinador, Líquidas de Carregamento Administrativo	-	837	12	2.994	6.441	10.284
Provisão para Planos de Benefício Definido	(32.462)	(7.351)	(2.445)	(3.246)	(35.008)	(80.512)
Provisão Adicional Reserva Matemática	(102.567)	-	-	-	-	(102.567)
Valor Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	110.316	18.138	8.539	17.584	6.911	161.488
(Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período (nota nº 14)	**(545.845)**	**(105.071)**	**(33.148)**	**(33.439)**	**(328.189)**	**(1.045.692)**

d.4) Conciliação dos Saldos do Valor Presente da Obrigação Atuarial

	1º Semestre/2025					
	BD Liquidado		Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Total
	Elegível	Não Elegível				
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Início do Período	**(521.132)**	**(233.390)**	**(80.556)**	**(50.771)**	**(306.533)**	**(1.192.382)**
Custo dos Juros	(32.463)	(14.701)	(5.155)	(3.246)	(19.839)	(75.404)
Custo de Serviço Corrente	-	-	-	-	(15.169)	(15.169)
Benefícios pagos pelo plano	30.060	6.071	3.678	2.994	6.441	49.244
Remensurações de Perdas Atuariais	80.256	31.879	9.692	17.584	6.911	146.322
Decorrentes de Ajuste na Experiência	54.816	10.885	(6.228)	4.394	(27.606)	36.261
Decorrentes de Alterações nas Premissas Financeiras	25.440	20.994	15.920	13.190	34.517	110.061
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Final do Período	**(443.279)**	**(210.141)**	**(72.341)**	**(33.439)**	**(328.189)**	**(1.087.389)**

d.5) Análise de Sensibilidade das Principais Hipóteses

	BD Elegível				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor Presente Obrigação Atuarial	(448.655)	(436.947)	(449.816)	(435.761)	(443.279)
Superávit/(Déficit) do Plano	**(448.655)**	**(436.947)**	**(449.816)**	**(435.761)**	**(443.279)**
Variação na Obrigação Atuarial	1,21%	(1,43%)	1,47%	(1,70%)	-
Variação no Superávit/(Déficit)	1,21%	(1,43%)	1,47%	(1,70%)	-

	BD Não Elegível				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor Presente Obrigação Atuarial	(211.348)	(208.971)	(214.928)	(209.909)	(210.141)
Superávit/(Déficit) do Plano	**(211.348)**	**(208.971)**	**(214.928)**	**(209.909)**	**(210.141)**
Variação na Obrigação Atuarial	0,57%	(0,56%)	2,28%	(0,11%)	-
Variação no Superávit/(Déficit)	0,57%	(0,56%)	2,28%	(0,11%)	-

	Misto Liquidado				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor Presente Obrigação Atuarial	(73.003)	(71.703)	(73.777)	(70.960)	(72.341)
Valor Justo dos Ativos do Plano	6.046	6.046	6.046	6.046	6.046
Superávit/(Déficit) do Plano	**(66.957)**	**(65.657)**	**(67.731)**	**(64.914)**	**(66.295)**
Variação na Obrigação Atuarial	0,92%	(0,88%)	1,98%	(1,91%)	-
Variação no Superávit/(Déficit)	1,00%	(0,96%)	2,17%	(2,08%)	-

	Assistidos pelo Banco				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor Presente Obrigação Atuarial	(33.932)	(32.966)	(33.957)	(32.936)	(33.439)
Superávit/(Déficit) do Plano	**(33.932)**	**(32.966)**	**(33.957)**	**(32.936)**	**(33.439)**
Variação na Obrigação Atuarial	1,47%	(1,41%)	1,55%	(1,50%)	-
Variação no Superávit/(Déficit)	1,47%	(1,41%)	1,55%	(1,50%)	-

	Auxílio Saúde				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor Presente Obrigação Atuarial	(331.165)	(325.331)	(334.735)	(321.897)	(328.189)
Superávit/(Déficit) do Plano	**(331.165)**	**(325.331)**	**(334.735)**	**(321.897)**	**(328.189)**
Variação na Obrigação Atuarial	0,91%	(0,87%)	1,99%	(1,92%)	-
Variação no Superávit/(Déficit)	0,91%	(0,87%)	1,99%	(1,92%)	-

d.6) Receitas e Pagamentos Esperados para o Período Seguinte

	BD Liquidado		Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Total
	Elegível	Não Elegível				
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	-	-	(8.046)	(8.046)
Custo de Juros Líquidos	(27.420)	(3.201)	(1.102)	(1.028)	(9.998)	(42.749)
Total da Despesa a Reconhecer	**(27.420)**	**(3.201)**	**(1.102)**	**(1.028)**	**(18.044)**	**(50.795)**
Montantes Esperados Período Seguinte-Normais	-	837	29	1.157	6.441	8.464
Total dos Pagamentos Esperados para o Plano	**-**	**837**	**29**	**1.157**	**6.441**	**8.464**

d.7) Conciliação dos Saldos do Valor Justo dos Ativos

	1º Semestre/2025			
	BD Liquidado		Misto Liquidado	Total
	Elegível	Não Elegível		
Valor Justo dos Ativos no Início do Período	**-**	**-**	**2.048**	**2.048**
Receita de Juros	-	-	265	265
Contribuições do Patrocinador	-	837	12	849
Contribuições dos Participantes	-	-	12	12
Benefícios Pagos pelo Plano	(30.060)	(6.071)	(3.678)	(39.809)
Ganhos/(Perdas) sobre os Ativos do Plano	30.060	5.234	7.387	42.681
Valor Justo dos Ativos no Final do Período	**-**	**-**	**6.046**	**6.046**

d.8) Descrição da Base Utilizada para Determinar a Taxa de Desconto Atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da duração de cada plano.

d.9) Movimentação da Provisão Relativa aos Planos BD e Misto Liquidado

	Valor da Obrigação em 01.01.2025	Atualizações Resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2025
Plano BD Liquidado (nota nº 14)	691.692	118.854	(128.454)	(31.177)	650.916
Plano Misto Liquidado (nota nº 14)	39.254	2.433	(8.539)	-	33.148
Total BD e Misto	**730.946**	**121.287**	**(136.993)**	**(31.177)**	**684.064**

d.10) Ações Coletivas

Trata de demandas judiciais ajuizadas contra o Banco. A área jurídica da Instituição vem buscando rescindir decisões através de recursos nas diversas instâncias. As duas principais ações em cursos são:

Ação Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA) - Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Ação Rescisória ingressada pela Advocacia Geral da União (AGU), em abril de 2014, perante o TRT-16ª Região, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF (déficit histórico do plano). Após longa tramitação processual, inúmeras tentativas de acordo, anúncios seguidos de retirada de pauta de julgamento, o processo veio a ser julgado, tendo a composição Plena do TRT-MA, em dezembro, por maioria de 5 votos a 1, julgado parcialmente procedente a ação movida pela União e BASA, para rescindir a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara. Interpostos embargos de declaração

pelo Sindicato e pelo Banco, foram julgados improcedentes, sendo então, apresentado recurso ordinário pelo SEEB-MA, adesivo pela União, aguardando julgamento no TST. Por ora, não há qualquer repercussão na provisão já estimada.

Ação Civil Pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), (refere-se ao complemento à aposentadoria que deveria ser repassado pela CAPAF preservando a premissa do plano: "como se ativa estivesse"), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 6 de fevereiro de 2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF. Respaldado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 2 de março de 2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho-8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo entrou em pauta de julgamento no mês de julho de 2020, tendo havido pedido de vistas regimentais feitos por uma das desembargadoras presentes na sessão. Processo julgado em agosto de 2020. Ação julgada improcedente, tendo o Banco oposto Embargos de Declaração. Embargos julgados improcedentes. Recurso interposto para o TST, que anulou o julgamento do TRT-8ª Região, em razão da não intimação pessoal da AGU, determinando que seja realizado novo julgamento. Julgamento ocorrido, mantida a decisão, opostos ED, negado provimento. Interposto novo recurso de embargos de declaração. ED julgado e recursos interpostos para o TST, que monocraticamente decidiu pela manutenção da decisão de improcedência da rescisória. Foram então, opostos embargos de declaração contra essa decisão, que agora aguardam julgamento. Processo no TST julgado. Interposto recurso extraordinário.

d.11) Distribuição da Provisão do Plano BD Liquidado

	30.06.2025
Participantes Abrangidos pela Ação Rescisória	563.569
50% das Reservas Matemáticas dos Participantes ainda na Ativa	59.428
Adicional de Provisão de Reservas Matemáticas	102.567
Total	**725.564**

d.12) Composição da Provisão referente a Ação Rescisória

	30.06.2025
100% das Reservas Matemáticas dos Participantes Elegíveis	504.657
50% dos que ainda Não Elegíveis	58.912
Total	**563.569**

d.13) Provisão dos Planos BD e Misto Liquidado

	30.06.2025
BD Liquidado	650.916
Misto Liquidado	33.148
Total (notas nºs 14 e 25.d.9)	**684.064**

d.14) Pagamento de Ação

	30.06.2025
Desembolso em cumprimento à ação transitada em julgado (*)	31.177

(*) Corresponde a valores pagos pelo Banco para complemento da folha de Benefícios do Plano BD face determinação judicial.

Com base nas análises conduzidas, atuais circunstâncias administrativas e judiciais, condensadas acima, é entendimento que a provisão existente em 30 de junho de 2025, é suficiente para fazer frente aos possíveis desembolsos oriundos dos planos administrados pela CAPAF (BD e Misto).

e) Planos Saldados

- **BD Saldado:** está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). O plano foi saldado com vigência a partir de 01/01/2014 e está em observância à paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação Pós-Emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de Previdência Complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Plano ativo e em funcionamento (sem novas adesões).

- **Misto Saldado:** este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Referido plano foi saldado com vigência a partir de 01/01/2013 e para este plano de Benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação Pós-Emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de Previdência Complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Plano ativo e em funcionamento (sem novas adesões).

Os contratos assinados entre o Banco e a BB Previdência, referentes aos Planos Saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de Benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, conforme cláusula contratual, é realizada revisão dos contratos de compromisso financeiros firmados junto à BB Previdência, de acordo com as premissas atuariais para preservar o equilíbrio econômico e financeiro dos Planos Saldados (Plano de Benefício Saldado e Plano Misto Saldado) e, caso necessário, poderá exigir ajuste por parte do Banco.

No semestre, quando da revisão atuarial, não houve necessidade de ajustes no valor registrado do contrato.

A movimentação da provisão e o cronograma esperado de desembolso relativos aos planos BD e Misto Saldados está abaixo apresentada:

	Valor da Obrigação em 01.01.2025	Atualizações Resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2025
Movimentação da Provisão (nota nº 14)	**293.572**	13.719	-	(50.939)	**256.352**

	Até 5 anos	De 5 anos a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Cronograma Esperado de Desembolso (nota nº 14)	168.167	88.185	-	**256.352**

f) **Plano Prev Amazônia**: trata-se de um Plano de Contribuição Variável (CV), oferecido aos empregados da ativa, admitidos a partir de 1997 que não possuíam plano de Previdência Complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados". Assegura aos seus participantes, por acumulação de contribuições recolhidas e devidamente capitalizadas, montante que no momento da entrada da aposentadoria se transformará em benefício, com possibilidade de remuneração vitalícia.

Os riscos relacionados aos benefícios pagos são compartilhados entre: Banco, participantes e assistidos, sendo 50% de responsabilidade do Banco, conforme a Lei Complementar nº 108/2021.

Em 30/06/2025, não há reconhecimento de valores no passivo do Banco, apenas registro no resultado do período relativo à despesa como patrocinador, no montante de R$ 8.836. O custeio do plano é determinado por avaliações atuariais. Com base nos relatórios atuariais, o Prev Amazônia apresentou, neste período, resultado superavitário de R$ 9.581.

26. Gerenciamento de Riscos e Capital

A estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital do Banco atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e se aplica a toda a Instituição, incluindo esferas colegiadas e estratégicas de decisão e ao Diretor de Riscos, *Chief Risk Officer* – CRO, dispondo de:

▪ Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital que é aplicada em todos os processos corporativos, tendo como objetivo fornecer princípios e diretrizes para a gestão contínua e integrada dos riscos e capital de forma alinhada aos normativos vigentes, ao planejamento estratégico, e ao apetite a risco definido. Que tem como escopo as diretrizes para a gestão dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta:

Risco de Crédito; Risco de Mercado; IRRBB; Risco Operacional; Risco de Liquidez; Risco Cibernético; Risco de Integridade; Risco Legal; RSAC.

▪ Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS);

▪ Comitês em níveis táticos e estratégicos, valorizando as decisões colegiadas no âmbito da Gestão de Riscos e de Capital;

▪ Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade; e,

▪ A governança no Gerenciamento de Riscos adota também a abordagem das três linhas. Onde:

- A primeira linha, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos decorrentes de suas atividades, pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle.
- Como parte da segunda linha, a área responsável pelo Gerenciamento de Riscos, fornece expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao Gerenciamento de Riscos, incluindo: desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de Gerenciamento de Riscos nos níveis de processo, sistemas e entidade; O atingimento dos objetivos de Gerenciamento de Riscos, como: conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; Controle Interno; Segurança da Informação e Tecnologia; Sustentabilidade; Gerenciamento de Capital.

- A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

A estrutura de Gerenciamento de Riscos do Banco da Amazônia consta também no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Anexo Pilar 3, publicado trimestralmente no site institucional do Banco da Amazônia, em sua página de Relações com Investidores - Central de Resultados (https://ri.bancoamazonia.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/) em atendimento a Resolução BCB n° 54 de 16/12/2020.

a) Risco de Liquidez

O monitoramento da exposição ao Risco de Liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos que podem afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco. O monitoramento dos níveis de exposição ao Risco de Liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

O Banco utiliza-se ainda, para acompanhamento e controle do Risco de Liquidez:

- Índice de Liquidez de Curto Prazo: considera a razão entre o valor do estoque de ativos de altíssima liquidez e um fluxo líquido de saída de recursos esperado nos 30 dias subsequentes. O total do fluxo líquido de saídas de caixa compreende ao total de saídas de caixa subtraído do menor valor entre o total de entradas de caixa e 75% do total de saídas de caixa.
- Índice de Liquidez de Curto Prazo Estressado: considera a razão entre o valor do estoque de ativos de altíssima liquidez e um fluxo líquido de saída de recursos esperado num cenário de estresse nos 30 dias subsequentes. O total do fluxo líquido de saídas de caixa compreende ao total de saídas de caixa subtraído do menor valor entre o total de entradas de caixa e 75% do total de saídas de caixa.
- Índice de Liquidez de Longo Prazo Estressado: o cálculo é uma razão entre recursos estáveis disponíveis – parcela do capital e dos passivos com a qual a instituição pode contar no horizonte de um ano – e recursos estáveis necessários – parte dos ativos, incluindo-se ativos fora de balanço, que devem ser financiados por recursos estáveis por possuírem prazos longos e/ou baixa liquidez.
- Fluxo de Caixa: representa graficamente os resultados líquidos diários acumulados de caixa, projetados para os 252 dias úteis subsequentes à data-base sob premissas e parâmetros conservadores previamente definidos.

O Índice de Liquidez de Curto Prazo, calculado em 30 de junho de 2025, alcançou 4,73. Esse valor significa que, considerando um cenário econômico estável, a instituição possui ativos de alta liquidez suficientes para honrar 100% de suas obrigações líquidas de Curto Prazo nos próximos 30 dias. Um índice acima de 1 indica que a instituição possui um colchão de segurança para lidar com saídas inesperadas de recursos, garantindo sua capacidade de pagamento e demonstrando uma gestão de liquidez eficiente.

Índice de Liquidez de Curto Prazo	**30.06.2025**
Na Data Base	473%
Média dos Últimos 6 meses	489%
Máximo dos Últimos 6 meses	501%
Mínimo dos Últimos 6 meses	473%

Em 30 de junho de 2025, o portfólio de TVM registrou volume de recursos marcados a mercado no total de R$ 22.929 milhões. Na composição do portfólio, a grande maioria dos ativos está alocada em Títulos Públicos e Operações Compromissadas, correspondendo a 89,96% da carteira de tesouraria, em um montante de R$ 20.720 milhões. Ademais, vale destacar que o volume de estoque em Tesouro Selic, Instrumento Financeiro de altíssima liquidez no mercado secundário, corresponde R$ 18.407 milhões em percentual representa 80,45% do total do portfólio TVM.

b) Risco de Crédito

A gestão do Risco de Crédito no Banco está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao Risco de Crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de Risco de Crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

Nos modelos internos de avaliação de Risco de Crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador (que determinará se o mesmo terá acesso ao crédito) e respectivas operações creditícias.

O Banco é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco e percentual de perda correspondentes, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa,

administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, gestão de garantias, influência de variáveis macroeconômicas, etc.

c) Risco de Mercado

O Banco possui um sistema de monitoramento contínuo das suas exposições ao Risco de Mercado, com foco principal nas operações sensíveis às flutuações das taxas de juros e dos índices de preços. Na gestão desses riscos, são empregadas metodologias e instrumentos financeiros amplamente utilizados e validados pelo mercado:

- Value at Risk (VaR) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) da carteira bancária;
- Variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) da carteira bancária;
- Análise de sensibilidade;
- Testes de estresse;
- Testes de aderência (*backtesting)*; e
- Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado. Os relatórios gerenciais são diários, semanais, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação *(trading*), conforme Resolução BCB nº 111/2021.

A mensuração do Risco de Mercado é realizada através do modelo *de Value at Risk* (VaR), é calculada para 1 dia, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (BACEN, B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA) e internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de junho de 2025, o VaR calculado para a Carteira Banco [1] e para a carteira Tesouraria [2] foi de R$ 10.672 e R$ 4.920 respectivamente, estando dentro dos limites de referência de 17,67% e 11,28% respectivamente. Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, em status Normal, com posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

Análise de Sensibilidade

O Banco mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao Risco de Mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para Risco de Mercado, são utilizados três cenários nos quais se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-ANBIMA, cupom IPCA/NTN-ANBIMA, Cupom sujo USD, cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão descritos a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base desse cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R$ 5,4571 em 30 de junho de 2025 e a taxa DI de 1 ano no nível de 14,90 % a,a.

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R$ 6.8214 em 30 de junho de 2025 e a taxa DI de 1 ano no nível de 18,6250% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R$ 8,1857 em 30 de junho de 2025 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 22,3500% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

[1] Portfólio que contempla todos os títulos de valores mobiliários da tesouraria, captações e operações de crédito.
[2] Portfólio que contempla apenas os títulos de valores mobiliários da tesouraria.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos títulos e valores mobiliários da Carteira Tesouraria, conforme Resolução BACEN nº 02/2020:

		30.06.2025		
		Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3
Prefixado	Exposições Sujeitas à Variação de Taxas de Juros Prefixadas	(319)	(2.948)	(9.805)
Índice de Preços	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa dos Cupons de Índice de Preços	(8.414)	(701.415)	(849.730)
Taxa de Juros	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Juros	(369)	3.197	5.690
Total		**(9.102)**	**(701.166)**	**(853.845)**

Os resultados apresentados refletem os impactos de cada cenário em uma posição estática da carteira. Nos cenários I, II e III, os instrumentos financeiros estão alocados em fatores de risco que representam maior exposição, especialmente em papéis indexados a índices de preços, como o IGPM e o IPCA. No pior cenário, correspondente ao cenário III, a Tesouraria registra uma perda no valor de mercado (MtM) de aproximadamente (R$ 853.845).

As implicações apresentadas no portfólio TVM da Tesouraria, com o montante de R$ 21.600.065 mostram valores significativos, após os choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), das posições em risco do TVM, cujos percentuais giram em torno de 7,18% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco, sendo o maior fator de risco, as posições em cupons de índice de preços.

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banco realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

- **Operações de Crédito**: a carteira de crédito global do Banco da Amazônia, própria e administrada, é majoritariamente remunerada por métricas que não estão expostas diretamente às variações da taxa DI, e, por este motivo, para fins de análise de sensibilidade, foi utilizado um cenário de grande impacto e baixa probabilidade de ocorrência, sobre a ótica da inadimplência, onde todas as operações de crédito as quais o Banco está exposto teriam sua classificação (ratings) de risco rebaixada em um nível (*downgrade*). Os critérios de classificação dos níveis de risco das operações seguem o disposto na Resolução CMN nº 4.966/2021.

O quadro com a simulações de impacto pode ser observado abaixo:

Carteira Banco + FNO Risco Compartilhado		
Provisão Atual		
Estágios	Valores das Operações	Provisão
1	44.266.479	57.232
2	7.057.566	56.230
3	5.980.622	3.657.562
Total	**57.304.667**	**3.771.024**

- **Provisões para Demandas Judiciais:** Foram realizadas estimativas com três cenários projetados, considerando os valores em 30/06/2025 e descritas a seguir:

Cenário Provável: utilizou-se a Taxa Selic (projetada de 15% para 2025, segundo Relatório Focus-BACEN de 14/07/2025) e o INPC-IBGE (estimado de 4,90% pelo IPEA conforme Carta de Conjuntura nº 67, em 01/07/2025).

Cenário Possível: elevou o estresse da taxa Selic e o INPC-IBGE em 25%.

Cenário Remoto: projetou um estresse para a taxa Selic e o INPC-IBGE em 50%.

O quadro a seguir demonstra os efeitos esperados, considerando estas estimativas e cenários:

Análise de Sensibilidade			Cenários					
			Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
Provisões para Demandas Judiciais	30/06/2025	Índice	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Trabalhistas (Indenizações)	84.684	Selic	15,00	97.387	18,75	100.563	22,50	103.738
Cíveis	40.445	INPC	4,90	42.427	6,13	42.922	7,35	43.418
Fiscais	2.731	Selic	15,00	3.141	18,75	3.243	22,50	3.346
Trabalhistas (CAPAF)	1.070	INPC	4,90	1.122	6,13	1.136	7,35	1.149
Total	**128.930**			**144.077**		**147.864**		**151.651**

d) Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB)

A Circular BACEN nº 3.876/2018, define o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco se concentra nas operações da carteira bancária, que inclui instrumentos financeiros sem intenção de negociação após a aquisição ou originação, como:

- Captações: depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais;
- Crédito: fomento e comercial; e
- Ativos na carteira da tesouraria: classificados em “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”.

O Banco da Amazônia mantém um perfil de exposição a Risco de Mercado conservador, com diretrizes e limites monitorados de forma independente, buscando alinhamento com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

A Circular BACEN nº 3.938/2019 introduziu novas metodologias e procedimentos para avaliação da suficiência do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), conforme o art. 2º da Resolução CMN nº 4.553/2017.

Para fins de apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária e observância à Circular BACEN nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas:

- De Resultado de Intermediação Financeira (ΔNII): avalia o impacto das variações de taxas de juros no resultado da instituição; e
- De Valor Econômico (ΔEVE): avalia o impacto das variações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos da Instituição.

A partir de junho de 2022, o Banco adotou a metodologia padronizada, que considera a ponderação de 20% ΔEVE e 80% ΔNII, para o cálculo do nível do IRRBB, contemplando cenários de Curto/Médio Prazo para o NII e de Longo Prazo para o EVE.

O valor do IRRBB, calculado pela metodologia ponderada de 20% sobre o ΔEVE e 80% sobre o ΔNII, é calculado mensalmente. E com base em dados de junho de 2025, o IRRBB apresentou um valor médio de R$ 209.881, com uma variação média de 5,34%. Caracterizando um ligeiro aumento nos riscos adversos das taxas de juros em relação ao capital da instituição.

Em junho de 2025, o IRRBB apresentou o montante de R$ 256.281. Onde o valor calculado está em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, com status Normal, em posições inferiores aos limites estabelecidos.

No teste de estresse empregado sobre o risco de Variação das Taxas de Juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, o Banco utiliza as seguintes abordagens:

- Abordagem 1: estima o percentual da variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação em relação ao PR, com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando o período de manutenção (*holding period*) de um ano e o período de observação de cinco anos.
- Abordagem 2: estima a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondentes a 5%, 10% e 20% do PR.

e) Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC)

A gestão do risco socioambiental e climático no Banco da Amazônia, está estruturada em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e Resolução CMN nº 4.945/2021, a partir da utilização de ferramentas de análise e monitoramento de risco das operações selecionadas em conformidade com a matriz de relevância e proporcionalidade do Banco da Amazônia.

O Banco estabeleceu a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC, que contempla princípios e diretrizes que norteiam as ações de sustentabilidade e de risco social, ambiental e climático, consideradas as dimensões estratégicas, de governança e econômicas, na atuação do Banco da Amazônia, tanto no aspecto institucional como nas operações de financiamento do Banco.

A concessão de empréstimos e financiamentos são condicionados à apresentação das exigências legais, quando for o caso, tais como certidões de regularidade ambiental e Licenças Ambientais. Em especial os financiamentos concedidos por meio do Crédito Rural, devem estar aderentes às restrições legais impostas pelo Manual do Crédito Rural – MCR.

No Banco da Amazônia, toda a operação rural recebe tratamento de análise socioambiental, realizada em ferramenta contratada, com exceção das dispensadas pelo MCR. A ferramenta cruza diferentes bancos de dados oficiais e produz relatório de acordo com a legislação ambiental e normas do Banco.

Todas as operações do Crédito Rural no Banco da Amazônia recebem análise socioambiental previamente a concessão de forma individual. Os critérios de análise socioambiental estão estabelecidos em normas internas e tem como premissa a mitigação de riscos socioambientais e o atendimento das exigências dos órgãos reguladores. O Banco da Amazônia possui metodologia interna de avaliação de níveis de RSAC aplicada em sistema de avaliação desenvolvido internamente, apurando o RSAC das operações as quais abrange em três níveis: Alto, Médio e Baixo. O gerenciamento de RSAC está estruturado e documentado em Norma de Procedimento interna, a qual determina a validade e periodicidade das avaliações, bem como

apresenta as rotinas e procedimentos de gestão do risco.

f) Risco Cibernético

A Segurança da Informação e Comunicações (SIC) é um conjunto de ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações, sejam elas físicas ou digitais, contra diversos tipos de ameaças para garantir a continuidade dos negócios, minimizar eventuais danos, maximizar o retorno dos investimentos e de novas oportunidades de negócio.

A Segurança Cibernética está contida dentro do âmbito da SIC e se configura como um conjunto de tecnologias, processos e práticas projetados para proteger redes, computadores, sistemas e dados de ataques, danos ou acesso não autorizado, permitindo o uso e o compartilhamento da informação digital de forma controlada. Sendo assim, a SIC é de maior abrangência, protegendo tecnologias, pessoas, informações físicas, entre outros, enquanto a Segurança Cibernética visa proteger somente ativos relacionados ao universo digital.

Nessa perspectiva, risco cibernético é o risco que se refere aos potenciais resultados negativos associados aos ataques cibernéticos. Por sua vez, os ataques cibernéticos podem ser definidos como tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados ou sistemas tecnológicos.

No Banco, a estrutura de Gerenciamento de Riscos cibernéticos atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.893/2021 e se aplica a toda a Instituição, dispondo de:

- Política de segurança da informação e cibernética que tem por objetivo estabelecer o Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) do Banco da Amazônia, considerando uma visão holística e coordenada dos riscos de SIC do Banco para definir e comunicar os princípios, valores, conceitos, diretrizes, controles suficientes à preservação e proteção das informações do Banco da Amazônia e seus respectivos ativos quanto à confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade, em todo o seu ciclo de vida, contida em qualquer suporte ou formato.
- Normas de procedimentos de segurança da informação que apoiam a estratégia definida na Política.
- Planos de resposta a incidentes de cibersegurança.
- Comitê de Segurança Corporativa, da Informação e de Comunicações: de caráter consultivo e deliberativo, tem por finalidade participar do processo de gestão Segurança Corporativa, inclusive de Informação e de Comunicações do Banco.

A governança no Gerenciamento de Riscos cibernético adota também a abordagem das três linhas. Onde:

- A primeira linha, representada pelas áreas de tecnologia, pessoas e contratos, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos cibernéticos em ativos de tecnologia, recursos humanos e cadeia de suprimento, respectivamente, e pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e, ainda, pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle;
- Na segunda linha, a área responsável pelo Gerenciamento de Risco Cibernético, que define a estratégia e as políticas de segurança, bem como realiza o monitoramento dos riscos, a gestão de incidentes e é responsável pelo aculturamento da empresa acerca da segurança da informação. Ainda como parte da segunda linha, a área responsável pela gestão de continuidade de negócio, tema afeto à segurança da informação, é a área de controles internos responsável por definir as diretrizes e procedimentos inerentes a gestão de continuidade de negócios estabelecendo o processo para análise de impacto nos negócios, estratégias para assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio;
- A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

g) Risco Operacional

O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017, integrando a gestão do risco operacional à sua estrutura e a todos os níveis hierárquicos. Utiliza normas de procedimento com detalhamento de papéis e responsabilidades da Instituição conforme modelo das três linhas.

Realiza monitoramento contínuo dos eventos relacionados ao risco operacional, mantendo uma base histórica quantitativa e qualitativa de informações, reportando regularmente à Alta Administração. Ressalta-se, ainda, a promoção da cultura voltada à gestão de riscos e controles, com o objetivo de alcançar metas estratégicas e fortalecer a governança corporativa.

h) Risco Legal

Em conformidade com as exigências do Banco Central do Brasil e outros órgãos reguladores, o Banco atua rigorosamente no cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis às instituições financeiras. A área de Controles Internos monitora com vista a assegurar o atendimento das demandas legais.

Para divulgar normativos externos e monitorar o cumprimento das demandas legais, o Banco utiliza um Sistema de *Compliance* que fornece informações atualizadas sobre normas relacionadas as atividades bancárias para todas as áreas internas relacionadas.

i) Risco de Integridade

O Banco mantém programas e políticas voltados para a integridade, além de um Código de Conduta Ética que fortalece o ambiente de controle interno do Banco.

A Política de Gestão da Integridade tem por finalidade estabelecer e difundir princípios, objetivos, diretrizes, competências e

responsabilidades para a gestão da integridade, essenciais aos processos de governança e à gestão das políticas, programas e normas internas relacionadas.

Além dos programas e políticas, o Plano de Ação e os indicadores de integridade buscam garantir a eficiência na gestão por meio do acompanhamento e monitoramento, fortalecendo os pilares e princípios do programa, assim como as boas práticas na cultura institucional.

Todas as ferramentas de gestão da integridade passam por um processo de revisão periódica para eventuais ajustes e adequação às melhores práticas de mercado.

j) Gestão de Capital

O processo de gestão de capital adotado pelo Banco é estruturado de forma coerente com a complexidade operacional e os riscos assumidos pela Instituição, visando assegurar qualidade, consistência e transparência do capital, além de cumprir integralmente os requisitos regulatórios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/2017. Essa estrutura abrange áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento estratégico, controle e monitoramento de riscos, além dos colegiados estratégicos de tomada de decisão.

A Instituição mantém um Plano de Capital que projeta o capital necessário para um horizonte de três anos, incluindo testes de estresse e um plano de contingência para garantir a gestão adequada do capital, alinhada ao apetite de risco definido na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

A adequação de capital é gerenciada considerando não apenas as exigências regulatórias, mas também uma meta interna declarada na RAS, superior aos limites mínimos estabelecidos para o Patrimônio de Referência (PR). O Plano de Capital é elaborado de maneira integrada ao Planejamento Estratégico, refletindo os objetivos institucionais e atendendo plenamente às determinações da Resolução CMN nº 4.557/2017.

A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pela gestão do capital do Banco, contando com uma unidade administrativa específica estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Detalhes da estrutura de Gerenciamento de Capital encontram-se disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Anexo Pilar 3, acessível na Central de Resultados, dentro da página de Relações com Investidores, pelo link: https://ri.bancoamazonia.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/.

k) Índice de Basileia (Limite Operacional)

O Banco mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal (ACP) instituído por essa mesma Resolução. O Banco encerrou o 1º semestre de 2025 com PR de R$ 7.117 milhões.

O Índice de Basiléia (IB) é calculado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/2021 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e nº 4.958/2021 (apuração dos requerimentos mínimos e ACP) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) cresceu 6,10% em relação ao registrado no período anterior, saindo de R$ 47.904 milhões para R$ 50.828 milhões em 30/06/2025.

Em 30 de junho de 2025, o Banco apresentou um Índice de Basileia (IB) de 14,0%, acima do requerimento regulatório, mantendo a capacidade de cumprir com os mínimos regulatórios, garantir sua solidez patrimonial e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento de seus negócios.

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.06.2025
Patrimônio de Referência (PR)	**7.117.547**
PR Nível I	**7.117.547**
Capital Principal	**7.117.547**
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**50.828.340**
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	44.038.036
Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	31.620
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	6.758.684
Requerimento Mínimo de Capital	
Capital Principal Mínimo Requerido [1]	2.287.275
PR Nível I Mínimo Requerido [2]	3.049.700
PR Mínimo Requerido [3]	4.066.267
Margem sobre os Requerimentos de Capital	
Margem sobre o Capital Princ.Mínimo Requerido	4.830.271
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	4.067.846
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	**14,0%**
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	**14,0%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**14,0%**

[1] Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

[2] Representa o mínimo de 6% do RWA.

[3] O fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0%.

27. Outras Informações

a) Avais e Fianças Prestados

Os Avais e Fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.06.2025
Garantias Prestadas, Inclusive Risco de Crédito do FNO	11.074.973
Retenção de Risco em Cessões de Crédito - Operação Baixada	2.153
Total	**11.077.126**

b) Seguros

- **Seguro Predial**

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R$ 200 até 18/12/2025 com prêmio líquido de R$ 214, determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

- **Seguro D&O**

O Banco, através de seu estatuto social, artigo 22, mantém contrato de seguro de responsabilidade civil, cuja cobertura é de R$ 30.000 até 01/01/2026, com prêmio de R$ 600, determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Resultado Recorrente e Não Recorrente

Seguindo o que recomenda a Resolução BCB n° 2/2020, no 1º semestre de 2025 não houve evento não recorrente. O resultado contábil do 1º semestre de 2025 foi de R$ 575.159.

d) Processo de Investigação

Como já informado anteriormente, o Banco conduziu, durante o ano de 2022, investigação interna sobre suspeitas de irregularidades em operações de crédito contratadas entre 2012 e 2014. Os trabalhos conduzidos por um Comitê constituído para tal fim foram concluídos em 26 de agosto de 2022, com a submissão dos resultados da investigação à avaliação do Conselho de Administração, que realizou os encaminhamentos à Diretoria Executiva, consoante registrado nas atas das reuniões extraordinárias do Conselho de Administração, de 26 de agosto de 2022 e 26 de setembro de 2022 os quais seguem sendo supervisionados e monitorados por aquele órgão assim como pelo Comitê de Auditoria.

Sem prejuízo das oportunidades de ajustes e correções de fluxo decorrente de testes de controles internos, resultantes do processo investigativo e conduzidos pelo Comitê de Investigação sob a supervisão do Conselho de Administração, esse último colegiado considerou que as investigações realizadas até então confirmaram a confiabilidade das Demonstrações Financeiras e dos processos contábeis do Banco, encerrando o processo de investigação por não verificar risco que comprometesse a qualidade das demonstrações financeiras e reiterando o compromisso com a acurácia das informações prestadas ao mercado.

Os procedimentos disciplinares relacionados ao objeto da investigação foram avocados pela Controladoria Geral da União (CGU), a quem caberá por imperativo legal a apuração de eventuais responsabilidades disciplinares de funcionários ou ex-funcionários do Banco, em relação às operações de crédito contratadas. Por conta da avocação, foram encerrados os procedimentos disciplinares que haviam sido instaurados no âmbito interno. O Banco compartilhou com a CGU os documentos relacionados à investigação, incluindo um relatório detalhado sobre o que foi apurado.

A Administração considera que o resultado das investigações e dos testes de controle são suficientes para concluir que, seja qual for o desfecho de eventuais ações disciplinares pela CGU, elas não colocarão em dúvida a qualidade das demonstrações financeiras do Banco, porquanto o saldo credor relacionado às operações de crédito suspeitas de irregularidades, embora em cobrança judicial, encontra-se totalmente provisionado desde exercícios anteriores.

O Conselho de Administração continuará acompanhando a evolução das ações relativas às oportunidades de melhoria acima mencionadas, dentro do esforço de aprimoramento contínuo dos controles internos e da governança do Banco.

e) Processo de Investigação “Boi de Papel”

Em março de 2024, foi deflagrada pela Polícia federal a operação “Boi de papel”, que trata de indícios de emissão de Guias de Transporte de Animal Vivo (GTAs) potencialmente falsas, por órgão estadual competente. A administração do Banco vem tomando todas as medidas cabíveis, como: a) Apuração de responsabilidades através da Corregedoria Interna do Banco sobre possível envolvimento de empregados; b) Monitoramento e fiscalização das operações potencialmente envolvidas de forma a avaliar um possível desvio de finalidade do recurso do FNO. Se caracterizado tal desvio de finalidade, as operações sofrerão as sanções conforme disposto no Manual de Crédito Rural – MCR, item 2.8.3, quanto à desclassificação das operações.

As avaliações realizadas até o momento confirmaram que as operações potencialmente envolvidas não colocarão em dúvida a qualidade das demonstrações financeiras do FNO, tendo em conta o histórico creditício no Banco e no Sistema Financeiro Nacional dos clientes, o patrimônio dos clientes e a colateralização das operações potencialmente envolvidas, sem prejuízo da continuidade do monitoramento e fiscalização dessas operações, principalmente quanto ao já mencionado possível desvio de finalidade do recurso do FNO.

A administração do Banco continuará acompanhando a evolução das apurações pela Corregedoria Interna do Banco, bem como avaliará ações relativas ao aprimoramento contínuo dos controles internos e da governança do Banco, envidando esforços constantes em busca da eficiência e qualidade na aplicação do FNO.

f) Informações sobre Aumento de Tarifas de Exportação do Brasil para Estados Unidos

Em 09 de julho de 2025, o governo dos Estados Unidos divulgou a imposição de tarifas de 50,00% sobre produtos brasileiros. Atualmente os clientes do setor agropecuário seriam impactados, no entanto, até o momento não vislumbramos impactos relevantes em nossa carteira de crédito.

28. Eventos Subsequente - Ocorrência de Fraude Interna

No início de julho, após a data-base do balanço semestral de 30 de junho de 2025, o Banco identificou a ocorrência de um evento de natureza fraudulenta, classificado como fraude interna, no montante total de R$ 107,5 milhões.

Imediatamente após a detecção do evento, o Banco adotou todas as medidas legais, operacionais e financeiras cabíveis, incluindo o ressarcimento integral e imediato de todos os clientes afetados, garantindo assim a preservação da confiança dos seus clientes e a manutenção da normalidade operacional.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, foi possível recuperar o montante de R$ 46,0 milhões. As ações de investigação continuam em curso, em cooperação com as autoridades competentes, e o Banco permanece empenhado na recuperação dos valores remanescentes.

Adicionalmente, foram reforçados os procedimentos de controle interno e iniciadas ações disciplinares e legais contra os responsáveis identificados, no âmbito do compromisso da Administração com a integridade, transparência e solidez institucional.

Neste momento, a Administração considera que, apesar da materialidade do evento, não há impacto relevante na continuidade das operações ou na posição financeira do Banco.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Diego Santos Lima
Diretor

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

Joana Emília Ramos Lima
Diretora

Marcelo dos Santos Souza
Contador
CRC – PA Reg. 012778/O-3

Banco da Amazônia S.A.

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco da Amazônia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

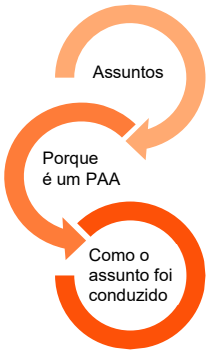
Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º,
São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000

Banco da Amazônia S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(d.3, d.4, d.5, d.6), 8)	
A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução no 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração, que considera o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando os efeitos do passado, a situação presente e as expectativas futuras, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, que considera fatores internos e externos. Dessa forma, a provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Em relação à implementação da Resolução nº 4.966 do CMN, avaliamos os processos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco na implementação dos novos modelos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento sobre a apuração e reconhecimento das perdas esperadas de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: (i) modelos e premissas adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (vi) elaboração das notas explicativas. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os modelos de perdas associadas ao risco de crédito, considerando os parâmetros e critérios desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como realizamos testes sobre a integridade da base de dados utilizada para os cálculos. Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela Resolução nº 4.966 do CMN.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base na Resolução nº 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Recuperabilidade dos créditos tributários (Nota 16(b), (c), (d))	
O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, benefícios pós-emprego, despesas de outras provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado de instrumentos financeiros. Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido ao montante registrado de R$ 1.691.042 mil e pelo fato de o estudo de realização desses ativos envolver certo grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco.	Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade dessas premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas. Efetuamos a leitura das divulgações em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre os julgamentos e as premissas utilizadas pela Administração na mensuração do valor recuperável do ativo fiscal diferido são consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.
Benefícios a empregados (Notas 3(h), 14 e 25)	
Em 30 de junho de 2025, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelo Banco, atuariais e saldados, totalizam R$ 1.045.692 mil e R$ 256.352 mil, respectivamente.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto e aumento salarial esperado. Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de previdência complementar e auxílio-saúde, administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (CAPAF) e pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil. Os benefícios a empregados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". As obrigações desses planos são calculadas com referência às premissas atuariais, incluindo, entre outras, tábua de mortalidade e taxa de desconto. Devido à incerteza associada às premissas destacadas acima envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de previdência complementar e de auxílio-saúde, bem como na definição dos valores prováveis de desembolso, mantivemos este assunto significativo em nossa auditoria.	avaliação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial e avaliamos os principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre as premissas utilizadas pela Administração na mensuração dos benefícios pós-emprego são consistentes com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de setembro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Relatório resumido das atividades do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) – referente às Demonstrações Financeiras do 1º semestre de 2025

Introdução

Este relatório, contempla as reuniões realizadas após a publicação das Demonstrações Financeiras (DFs) de 31 de dezembro de 2024 até a publicação Demonstrações Financeiras (DFs) de 30 de junho de 2025, compreendendo o período de 29 de março de 2025 a 24 de setembro de 2025.

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) do Banco da Amazônia foi constituído nos termos da Lei 13.303, de 2016 (Lei das Estatais) e da Resolução CMN nº 4.910, de 2021, e da Resolução CVM nº 23, de 2021. O COAUD é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração. O mandato dos membros é de 3 anos e os membros são nomeados pelo Conselho de Administração, que leva em consideração os critérios técnicos e os constantes da legislação e da regulamentação aplicáveis.

Atribuições e responsabilidades

O Banco da Amazônia S.A. adota o modelo das Três Linhas para a estruturação de sua governança e gestão de riscos, com o objetivo de garantir a integridade e confiabilidade de suas demonstrações financeiras, bem como a eficiência de seus controles internos e conformidade regulatória.

As áreas de negócios (1ª linha) do Banco da Amazônia são responsáveis pela definição e implementação de processos e procedimentos para a elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com a legislação societária, as práticas contábeis brasileiras e os normativos do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ademais, gerencia os controles internos voltados à salvaguarda de ativos, ao reconhecimento tempestivo de passivos e à mitigação de riscos corporativos, com o apoio da Diretoria Executiva.

As áreas de Gestão de Riscos (GERIS), de Controles Internos e Compliance (GECIN), considerada 2ª linha, são responsáveis pelo apoio e pela supervisão e implementação das políticas de gestão de riscos e conformidade do Banco, garantindo a aderência às normativas internas e regulatórias, bem como o monitoramento contínuo da eficácia dos controles internos.

A Auditoria Interna (3ª linha) desempenha um papel essencial na avaliação da qualidade e efetividade dos controles internos, bem como no cumprimento das políticas e procedimentos definidos pela Administração, incluindo a revisão dos processos de elaboração das demonstrações financeiras.

A Auditoria Independente, por sua vez, examina as demonstrações financeiras do Banco

e emite parecer sobre sua aderência às normas contábeis aplicáveis, além de fornecer relatórios com recomendações para aprimoramento de procedimentos contábeis e controles internos.

As funções e responsabilidades do Comitê de Auditoria estão descritas em seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Banco, em consonância com os requisitos definidas pela lei nº 13.303, de 30/06/2016, inclusive com o respectivo decreto regulamentar nº 8.945, de 27/12/2016, pela Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, no artigo 31-D da Resolução CVM nº 23, de 26/02/2021.

Atividades Desenvolvidas

O processo de supervisão conduzido pelo Comitê de Auditoria e que se fundamenta em suas avaliações, baseia-se nas informações fornecidas pela Administração, nas apresentações realizadas pelos diretores e pelas áreas de negócios e de suporte, nos resultados dos trabalhos do auditor independente (PwC), na análise das atividades da área de gestão de riscos, de controles internos e compliance e nas avaliações efetuadas pelos auditores internos.

Nesse período, o Comitê reuniu-se 40 dias, totalizando 55 reuniões, formalizadas em atas, além da participação nas reuniões de Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral. Os principais assuntos e temas que demandaram mais atenção deste colegiado, destacam-se:

- revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com data-base de 31.3.2025, no padrão CVM e semestral, com data-base de 30.6.2025, no padrão Cosif;
- acompanhamento do incidente de fraude interna em que recursos foram transferidos eletronicamente do Banco para contas em outras instituições financeiras e das tratativas da administração;
- acompanhamento da execução do plano de trabalho da auditoria independente e de seus relatórios;
- análise dos relatórios emitidos pelo atuário a serviço do Banco da Amazônia e avaliação da razoabilidade dos parâmetros e premissas em que se fundamentam os cálculos do passivo atuarial;
- acompanhamento da execução do Plano Anual da Auditoria Interna 2025 (PAINT 2025), avaliação do teor dos relatórios e da consistência dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna;
- acompanhamento e tratamento de denúncia recebida pelo canal do COAUD;
- acompanhamento das atividades relacionadas a Gerência de Segurança Corporativa, com destaque para os assuntos de segurança cibernética, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP) e programa de prevenção a fraudes;
- acompanhamento das atividades relacionadas a Gerência de Controles Internos e pela Corregedoria e pela Ouvidoria.

Conclusão

É relevante reportar que persiste o regime de intervenção na Caixa de Previdência Complementar dos Funcionários do Banco da Amazônia (CAPAF). Remanesce a pendência relativa ao auxílio pós-emprego, com impacto no resultado operacional do Banco.

Na conclusão de suas atividades de avaliação, supervisão e monitoramento e, respeitadas as suas atribuições, limitações e prerrogativas, o COAUD avalia que o processo de elaboração das demonstrações financeiras e o respectivo ambiente de controles internos apresentam fragilidades que indicam necessidade de correção, a fim de adequar ao porte e à complexidade das operações garantindo a integridade e a qualidade das demonstrações financeiras. Para tanto, recomendamos a pronta ação da administração no tratamento dessas fragilidades.

Ademais, reitera a constatação de que o sistema de controles internos apresenta oportunidades de melhoria, em especial na fase de acompanhamento das operações de crédito concedidos, na gestão dos controles gerais de tecnologia da informação, nos processos de continuidade de negócios, riscos operacionais, nos processos de prevenção a fraudes, de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e de Segurança Cibernética, inclusive sobre a tempestividade no envio da documentação aos órgãos de governança e de atendimento a requisitos legais e regulatórios.

A Auditoria Interna desempenhou suas funções com independência técnica e objetividade. A Auditoria Independente foi efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência, sendo essas atividades objeto de permanente atenção por parte deste Comitê.

Diante do exposto e considerando as informações obtidas em reuniões com as áreas responsáveis por assuntos contábeis, por controles internos e *compliance*, além da auditoria interna, bem como o relatório dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, e o resultado de suas próprias análises, o Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e reconhecendo as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, entende que todos os temas relevantes que chegaram ao seu conhecimento, com base nos trabalhos realizados e descritos neste relatório, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras referentes a 30 de junho de 2025, em Cosif. Assim, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração da divulgação dessas demonstrações financeiras na forma das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Belém (PA), 24 de setembro de 2025.

Corinto Lucca Arruda
Coordenador do COAUD

Marco Antonio Mayer Foletto
Membro independente do COAUD

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Ref.: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, analisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao primeiro semestre de 2025, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

As análises das demonstrações supracitadas foram complementadas, ainda, por exame de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do semestre, pela Administração do Banco.

Os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras. Os pontos de aperfeiçoamento dos processos internos identificados na elaboração das demonstrações financeiras, que demandarão ações por parte da administração, serão acompanhados por este Conselho.

Com base nas análises efetuadas e no Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, o Conselho Fiscal manifesta-se que os referidos documentos societários relativos ao primeiro semestre de 2025 estão em condições de serem encaminhados para apreciação dos Acionistas.

Belém (PA), 24 de setembro de 2025.

QUÊNIO CERQUEIRA DE FRANÇA
Presidente

ALEX PEREIRA BENÍCIO
Conselheiro

JULIANO MOURA DE OLIVEIRA
Conselheiro

LETÍCIA PEDERCINI ISSA
Conselheira

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, de acordo com o disposto no Art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria Executiva, todos referentes ao 1º Semestre de 2025.

Belém (PA), 24 de setembro de 2025.

RODRIGO OCTÁVIO ORAIR
Conselheiro

LUIZ CLAUDIO MOREIRA LESSA
Conselheiro

MARIA ABADIA DA SILVA ALVES
Conselheira

LAURO ARCÂNGELO ZANOL
Conselheiro

ARNALDO MARQUES DE ALMEIDA
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2025, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 24 de setembro de 2025.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Joana Emília Ramos Lima
Diretora

Diego Santos Lima
Diretor

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório da PwC - Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 24 de setembro de 2025.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Joana Emília Ramos Lima
Diretora

Diego Santos Lima
Diretor

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Joana Emilia Ramos Lima
Diretora

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Diego Santos Lima
Diretor

COMITÊ DE AUDITORIA

Corinto Lucca Arruda
Coordenador

Marco Antonio Mayer Foletto
Membro

CONSELHO FISCAL

Quênio Cerqueira de França
Presidente

Alex Pereira Benício
Conselheiro

Juliano Moura De Oliveira
Conselheiro

Letícia Pedercini Issa
Conselheira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Manoel Marques Guedes da Cruz Junior
Presidente

Luiz Claudio Moreira Lessa
Conselheiro

Rodrigo Octávio Orair
Conselheiro

Maria Abadia da Silva Alves
Conselheira

Lauro Arcângelo Zanol
Conselheiro

Arnaldo Marques de Almeida
Conselheiro

CONTADOR

Marcelo dos Santos Souza
CRC-PA 012778/0-3